ATA DE DEFESA DE TCC

BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO-IFBA

Estudante: Cléber Rôney dos Santos Borges

Aos dois dias do mês de setembro de 2025, reuniu-se a banca de avaliação composta pelos professores do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA-Campus Barreiras, Osnildo Adão Wan-Dall Junior e Jurema Moreira Cavalcanti, além da avaliadora externa, arquiteta e urbanista Jainara Gomes dos Reis, sob a presidência do primeiro, orientador, para proceder ao exame do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pelo estudante **Cléber Rôney dos Santos Borges**, intitulado **Xurupita: habitar (`)a margem em um contexto de emergência climática**, como requisito para finalização do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras.

O ato teve início às 14 horas, na Sala 607, com apresentação pública e aberta para as comunidades interna e externa. Foram concedidos ao estudante 30 minutos para apresentação oral e exposição do conteúdo do seu trabalho. Em seguida, as examinadoras e o examinador fizeram suas considerações e levantaram questões, que foram respondidas pelo candidato.

Concluído o exame, foram atribuídas as seguintes notas:

Orientador: 10,0

Avaliadora Interna: 10,0

Avaliadora Externa: 10,0

Com o que se julgou o candidato Cléber Rôney dos Santos Borges APROVADO com **nota 10,0**, sendo recomendado ao Colegiado deste curso que lhe seja concedido o diploma de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Segue o parecer lido pela banca avaliadora ao final do ato:

O trabalho apresenta um tema de extrema relevância social e para o campo da arquitetura e urbanismo, da história, da geografia e do direito, uma vez que se coloca diante de um fenômeno extremamente atual que é a crise climática global na sua relação com o rio-cidade-paisagem e com quem o habita direta e indiretamente. É um trabalho que se coloca alinhado, portanto, à urgente necessidade da busca por melhores condições de habitabilidade para um mundo que caminha para o colapso, explorando o projeto em três escalas: do paisagismo, do urbanismo e da arquitetura. O estudo articula muito bem a fundamentação teórica e propõe soluções inovadoras de projeto para um território vulnerabilizado, além de estabelecer um compromisso ético e político com a comunidade Xurupita e entorno. Ressalta-se que a apresentação oral e o formato de instalação (incluindo as maquetes físicas e a projeção) complementaram os painéis produzidos.

Considerando o exposto, a banca avaliadora solicita o que segue em termos de melhoria do conjunto para a versão final do trabalho a ser enviada para depósito no repositório institucional:

- Rever diagramação, incluindo um novo painel;
- Enumerar os itens dispostos nos painéis ou dar-lhes destaques;
- Delimitar melhor a área de intervenção na imagem “vista superior da Xurupita com entorno”, sinalizando a localização do conjunto de equipamentos propostos junto às problemáticas já indicadas e incorporando as fotos da deriva;
- Localizar as propostas com plantas-chave;
- Ampliar as imagens dos projetos (*renders*);
- Melhorar contraste, peso gráfico, serrilhados das imagens;
- Padronizar simbologias, tamanhos de texto e legendas;
- No painel 1/6, relacionar o “mapa urbano de Barreiras” com o histórico e a

caracerização da Xurupita;

- Melhorar a apresentação do projeto das rampas do cais, localizando o rio e acompanhando as possibilidades de cheia;
- Suprimir pictogramas;
- Indicar programa de necessidades dos equipamentos propostos;
- Fazer revisão textual fina;
- Rever onde a crase do termo “à margem” é realmente pertinente (para além do título do trabalho);
- Enfatizar no texto as três escalas adotadas;
- Rever posição das considerações finais na diagramação;
- Rever densidade arbórea na representação gráfica, aumentando-a.

Barreiras-BA, 2 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br
OSNILDO ADAO WAN DALL JUNIOR
Data: 10/09/2025 19:15:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Osnildo Adão Wan-Dall Junior
Orientador e Presidente da Banca Examinadora (COAU/IFBA)

Documento assinado digitalmente
gov.br
JUREMA MOREIRA CAVALCANTI
Data: 15/09/2025 12:08:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

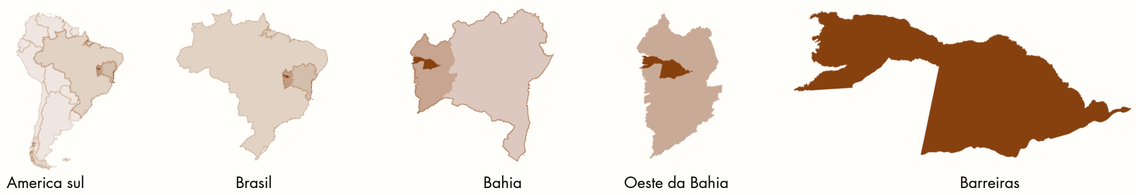
Prof.ª Jurema Moreira Cavalcanti
Membra Interna da Banca Examinadora (COAU/IFBA)

Documento assinado digitalmente
gov.br
JAINARA GOMES DOS REIS RIBEIRO
Data: 10/09/2025 19:26:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Arq. Urb. Jainara Gomes do Reis
Membra Externa da Banca Examinadora

Xurupita:
habitar à **margem** em um contexto de emergência climática

LOCALIZAÇÃO



Mapa urbano de Barreiras



Foto aérea da ocupação Xurupita



Das barreiras do Rio Grande para a cidade Barreiras

A cidade nasceu às margens do Rio Grande, inicialmente como entreposto fluvial. Seu desenvolvimento acelerado no século XX, com a chegada do modal rodoviário, migrações e da agroindústria, intensificou a favelização e ampliou as desigualdades socioespaciais. Nesse contexto, a Xurupita emerge como resultado direto da falta de planejamento urbano e da pressão populacional como demanda por moradia.

O RG de Barreiras, o Rio Grande

O Rio Grande, principal afluente do rio São Francisco, é vital para a configuração ambiental e urbana da região oeste da Bahia. É como se fosse seu Registro Geral (RG). Suas margens, historicamente fundamentais para a cidade de Barreiras, vêm sofrendo degradação com a aglomeração urbana e com o avanço do agronegócio, desmatamento e urbanização desordenada desde pelo menos a década de 1980. A ocupação Xurupita estabelece uma relação complexa com o rio: ele é, ao mesmo tempo, sustento, identidade cultural e fonte de risco, devido às inundações.

Da Vila Papelão à Xurupita

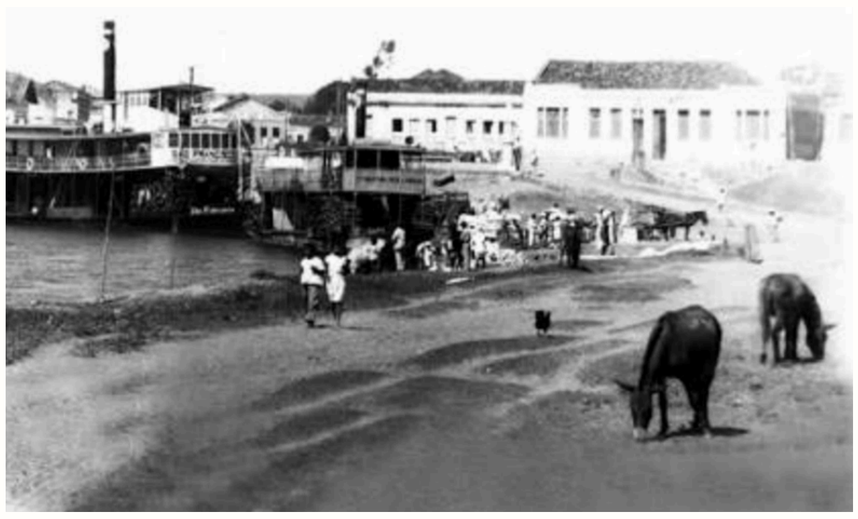
Possivelmente originada como Vila Papelão entre o final da década de 1960 e primeiros anos de 1970 com duas famílias, a comunidade cresceu rapidamente e enfrentou tentativas de remoção forçada pelo poder público. A proposta de relocação para a área da Cascalheira, do outro lado do rio e distante cerca de 4 km, fracassou devido à falta de infraestrutura, levando muitas famílias a retornarem. Essa resistência consolidou a Xurupita como território de luta e identidade, evidenciando o direito à cidade e a necessidade do que poderíamos chamar de inclusão urbana efetiva.

Foto aérea de Barreiras data desconhecida)



Fonte: Acervo de Napoleão Macedo.

Foto do antigo cais de Barreiras (década de 1930)



Fonte: Acervo de Napoleão Macedo.

O CAMINHO ATÉ AQUI: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Onde estou: o lugar que habito e investigo

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) vai além de um requisito acadêmico; ele é a síntese de uma trajetória marcada por transformação pessoal, técnica e ética. A pesquisa que lhe dá origem tem como foco a ocupação de um terreno que depois virou bairro, precário, silenciado, agredido, abandonado, contudo bairro denominado Xurupita, território invisibilizado às margens do Rio Grande, em Barreiras - BA, onde desafios urbanos, sociais e ambientais se entrelaçam.

Compreendendo o território como espaço socialmente construído, marcado por disputas e apropriações simbólicas, o trabalho busca dar visibilidade a uma comunidade sistematicamente excluída pelo planejamento urbano, propondo soluções de projeto em três escalas – urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas – que unam justiça social, sustentabilidade e direito à cidade.

Esse percurso ressignifica vivências anteriores e consolida um compromisso: transformar conhecimento em ação para a melhoria da qualidade de vida e da habitabilidade em territórios vulneráveis.

O que me trouxe até aqui: caminhos da experiencia e da intuição

Minha trajetória é marcada por uma conexão profunda com o Cerrado e por uma postura crítica diante das desigualdades socioambientais que atravessam o oeste da Bahia. O avanço do agronegócio, o desmatamento e a crise hídrica evidenciam um modelo de desenvolvimento que negligencia tanto as pessoas quanto os territórios. Nesse processo, recorro à intuição como ferramenta metodológica, compreendida, conforme Ginzburg (1989), como um recurso essencial para a pesquisa histórica no âmbito do método indiciário. Nessa perspectiva, a intuição não se limita a um simples palpite, mas constitui a capacidade de reconhecer conexões e padrões sutis, auxiliando o pesquisador na análise das narrativas e na identificação de pistas relevantes, que muitas vezes surgem de maneira imprevista e fora de uma estratégia previamente estruturada.

A experiência acadêmica em Arquitetura e Urbanismo ressignificou saberes e vivências, mostrando que projetar vai além de técnica: é um ato político e social. Habitar a margem do Rio Grande, como na ocupação Xurupita, significa resistir, pertencer e reivindicar o direito à cidade.

Este TCC consolida aprendizados e reafirma a arquitetura e urbanismo como instrumento de transformação, propondo soluções inclusivas, sustentáveis e sensíveis às mudanças climáticas e aos vínculos comunitários.

Para onde eu queria ir: sentido, objetivo e transformação

A proposta nasce do desejo de ouvir e compreender a comunidade Xurupita, buscando soluções construídas em diálogo com seus moradores e respeitando seus vínculos sociais, culturais e ambientais. O projeto adota uma abordagem colaborativa, em alguns momentos realizada de forma indireta, por meio do registro de lutas e reivindicações presentes em documentos da associação e em imagens de jornais. O objetivo é garantir uma habitação social digna, sustentável e resiliente, capaz de responder aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

O Rio Grande, elemento central e simbólico para Barreiras, orienta as premissas de intervenção, que integram a recuperação ambiental com a valorização do pertencimento e da identidade coletiva. Mais do que propor soluções técnicas, o trabalho busca fortalecer a dignidade e a qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade.

O que foi feito para chegar lá: táticas e metodologias em movimento

A pesquisa combinou embasamento teórico e prática de campo para compreender a ocupação Xurupita. O primeiro momento foi dedicado à construção de uma base sólida sobre habitação social, mudanças climáticas e vulnerabilidade social. Na etapa de campo, a aproximação com a comunidade ocorreu por meio do diálogo e da escuta sensível, buscando estabelecer relações de confiança e respeito entre o pesquisador e os moradores.

Como integrante de um projeto de pesquisa, desenvolvido em paralelo a este TCC, cujo objeto de estudo sobre Barreiras excede a escala Xurupita, as experiências pessoais e profissionais do autor – ativista social e ambiental - contador - policial militar - arquiteto e urbanista – enriqueceram o olhar crítico sobre esse território neste trabalho, mas também evidenciaram os desafios de criar vínculos em um espaço marcado por estigmas e exclusão. Essa trajetória reforça a importância de metodologias colaborativas e éticas para a construção de soluções urbanas eficazes e inclusivas.

HISTÓRICO E À CARACTERIZAÇÃO DA XURUPITA E DOS SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

A Xurupita reflete o padrão histórico de urbanização desigual no Brasil, onde a exclusão socioespacial e a ausência de políticas públicas relegaram populações de baixa renda a áreas ambientalmente frágeis. Essa ocupação evidencia tanto a negligência do poder público quanto a força adaptativa dos moradores, que transformam o território em espaço de resistência e pertencimento.

Jornal Novooeste, Barreiras 06/12/2011. p. capa



Fonte: Núcleo de História e Memória do Oeste da Bahia - UFOB

Jornal Novooeste, Barreiras 20/01/92. p.07



Fonte: Núcleo de História e Memória do Oeste da Bahia - UFOB

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo conhecer de perto a ocupação Xurupita, localizada em Barreiras - BA, e propor intervenções urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas capazes de valorizar o território, promover a inclusão socioespacial e restabelecer o equilíbrio ecológico das margens do Rio Grande. A trajetória metodológica foi marcada por uma abordagem gradativa de aproximação, de fora e de dentro, fundamentada na escuta qualificada, no método da deriva urbana e na observação atenta do cotidiano local. A partir das análises territoriais e socioambientais realizadas em campo, foram vislumbrados, em um primeiro momento, no âmbito da disciplina Fundamentos do TCC, diversos cenários de intervenção para a Xurupita, que foram sendo revisados e ajustados ao longo do processo participativo em que se baseou este trabalho. Tendo por fundamentação os programas de Habitação de Interesse Social (HIS) e a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), optou-se por desenvolver, em termos projetuais, o cenário que trata da Xurupita como um território "resiliente", prevendo a urbanização progressiva da área, com eventuais relocações de unidades habitações internamente à ocupação, e apenas quando estritamente necessário a fim de garantir a segurança, a salubridade e a qualidade habitacional, respeitando sempre os vínculos socioespaciais e a identidade coletiva da comunidade. O cenário escolhido valoriza a integração da Xurupita com o espaço urbano adjacente dito formal e propõe diretrizes em escala que excede a área da ocupação, articulando infraestrutura sustentável, requalificação ambiental, corredores ecológicos e equipamentos públicos, como o Centro Comunitário e o Mirante do Rio Grande, pensados para agirem como vetores de justiça socioespacial. Apesar das dificuldades de interlocução com parte dos moradores, conclui-se que as melhorias das condições de habitabilidade da Xurupita requerem a continuidade de trabalhos de campos e ampliação da participação comunitária, o que consolidará o direito à cidade, rompendo com a lógica histórica de exclusão e invisibilidade social porque passa a comunidade.

Palavras-chave: Xurupita. Emergência climática. Habitação de Interesse Social (HIS). Justiça socioespacial. REURB (Regularização Fundiária Urbana).

ABSTRACT

This final project aims to have a deeper understanding of the Xurupita settlement, located in Barreiras-BA, and to propose urban, landscape, and architectural interventions capable of enhancing the territory, promoting socio-spatial inclusion, and restoring the ecological balance of the Rio Grande riparian zone. The methodological trajectory was marked by a gradual approach to the community, from both the outside and the inside, based on qualified listening, the urban derives (driftings) method, and in the close observation of the community's everyday life. Based on territorial and socio-environmental analyses conducted in the fieldworks, several intervention scenarios for Xurupita were initially developed within the scope of the Fundamentals of the Final Project discipline, which were subsequently revised and adjusted throughout the participatory process on which this work was based. Based on the Social Interest Housing (HIS) and Technical Assistance for Social Interest Housing (ATHIS) programs, it was decided to develop, in design terms, the scenario that sees Xurupita as a "resilient" territory, foreseeing the progressive urbanization of the area, with possible internal relocations of housing units, and only when strictly necessary to ensure residents' safety, health, and housing quality, always preserving existing socio-spatial bonds ties and the collective identity of the community. The chosen scenario values Xurupita's integration into the adjacent "formal" urban fabric and proposes guidelines on a scale that exceeds the settlement area, combining sustainable infrastructure, environmental requalification, ecological corridors, and public equipment, such as the Community Center and the Rio Grande Belvedere, designed to act as vectors of socio-spatial justice. Despite challenges in engaging part of the community, it is concluded that improving the living conditions of Xurupita requires continued fieldwork and greater community participation, which will consolidate the right to the city, overcoming the historical patterns of exclusion and social invisibility that the community experiences through time.

Keywords: Xurupita. Climate change. Social housing. Socio-spatial justice. REURB (Urban Land Regularization).

Estudante: Cléber Rôney dos Santos Borges - Orientador: Osnildo Adão Wan-Dall Junior

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso

APREENSÃO DA OCUPAÇÃO XURUPITA

Graduado em Ciências contábeis

Ativista social e ambiental

Policial militar

Estudante de Arq. e Urbanismo

Neste trabalho, a compreensão da ocupação Xurupita foi construída de forma gradual, passando por diferentes camadas de análise, feitas, como propõe Alessia de Biase (2012), a partir de uma postura antropológica de apreensão urbana, que se deu em três momentos principais: 1) A partir de uma visão externa, nomeada "Xurupita de fora"; 2) A partir de um reconhecimento espacial in loco, nomeado "Xurupita de dentro"; e, por fim, 3) A partir da percepção dos próprios moradores, em interlocução direta, nomeada "Xurupita pela Xurupita". Essa abordagem integrada permitiu conciliar referências teóricas, observação técnica e narrativas locais, possibilitando uma leitura mais sensível e aprofundada do território.

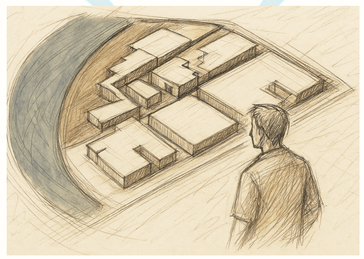
Importante destacar que o processo de compreensão da ocupação Xurupita foi construído a partir de múltiplas perspectivas, resultantes das diferentes experiências de vida do pesquisador. A formação em Ciências Contábeis, a atuação como ativista social e ambiental, a condição de estudante de Arquitetura e Urbanismo e a trajetória profissional como policial militar, inicialmente percebida como um obstáculo, foram ressignificadas e incorporadas como elementos analíticos. Essas diferentes dimensões, ao se entrelaçarem, conferiram singularidade e autenticidade à investigação, possibilitando uma leitura mais sensível e complexa da realidade estudada. Nesse sentido, conforme destaca Bourdieu (1996), o pesquisador não deve negar sua própria posição social e trajetória, mas reconhecê-las como parte constitutiva do processo de interpretação e produção de conhecimento.

Xurupita de fora

A partir de pesquisa bibliográfica, nota-se que a Xurupita revela-se como um território marcado pela invisibilidade institucional e pela exclusão socioespacial. Sem infraestrutura urbana adequada, a comunidade enfrenta a ausência de saneamento, pavimentação e serviços públicos. Equipamentos recentes, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e a Central Integrada de Regulação(CIR), foram construídos de costas para o território, local onde antes era uma rua, reforçando o isolamento e bloqueando acessos tradicionais à ocupação.

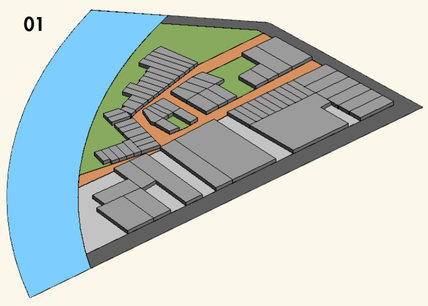
Nessa primeira análise, foram elaborados cinco cenários prospectivos de intervenção, variando desde melhorias urbanísticas sem deslocamento dos moradores até propostas de relocação total deles, sendo necessário, inequivocadamente, destacar a importância de um diálogo participativo para definir a solução mais adequada e justa. São eles:

Croqui Xurupita de,fora



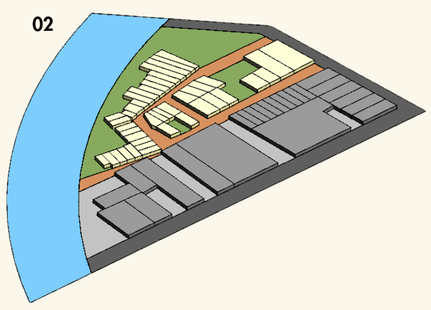
Cenários:

01



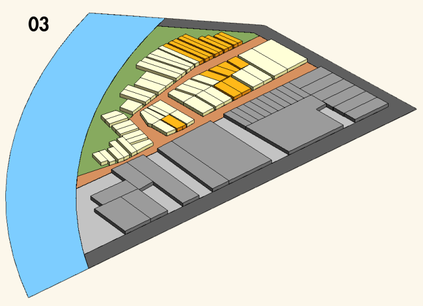
01 - Cenário de intervenção com planejamento urbano e ambiental, consistindo na implementação de soluções urbanísticas que não interferem diretamente na estrutura das moradias;

02



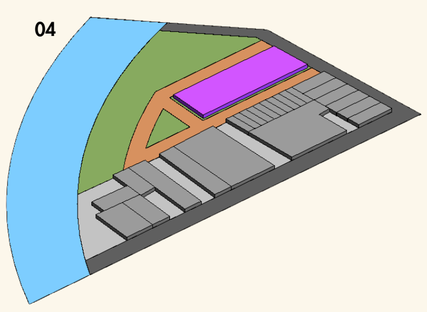
02 - Cenário de intervenção com planejamento urbano e ambiental associado ao programa ATHIS, com apoio técnico para melhorias habitacionais nas moradias existentes;

03



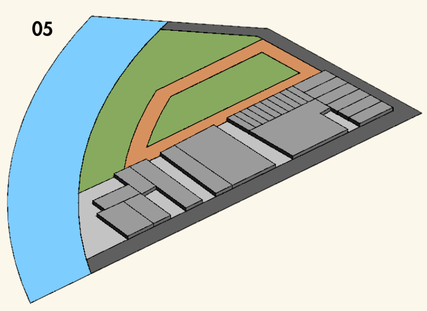
03 - Cenário de intervenção com planejamento urbano e ambiental associado aos programas de HIS e ATHIS, com possíveis realocações de moradias dentro da própria comunidade;

04



04 - Cenário com planejamento urbano e ambiental e implantação de programa de HIS, com relocação total das moradias e construção de um novo conjunto habitacional no local;

05



05 - Cenário de planejamento urbano e ambiental com relocação total da comunidade para área próxima da ocupação, no centro da cidade, portanto, e implantação de um equipamento público ambiental no local.

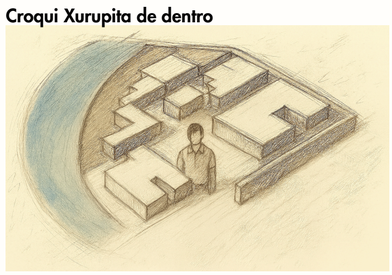
Imagens sem escala

Legenda: Rio Grande; Intervenção ambiental; Intervenção urbanística; Vazios urbanos; Volumes urbanos; Pavimentação asfáltica; Intervenção Arquitetônica; Moradias relocadas; Novo equipamento habitacional

Xurupita de dentro

A partir de observações empíricas e deslocamentos sensíveis pelo território, feitos através de derivas, (Debord, 2003), a pesquisa captou dinâmicas urbanas e sociais da comunidade, em um primeiro momento, sem contato inicial com os moradores. Essa fase evidenciou a falta de infraestrutura e a precariedade das condições habitacionais, mas também revelou uma forte coesão comunitária, expressa em encontros informais e redes de sociabilidade. Foram identificados a manutenção dos três primeiros cenários preliminares de intervenção, que reforçam a necessidade de táticas sensíveis às características locais e à participação efetiva da comunidade:

Croqui Xurupita de dentro

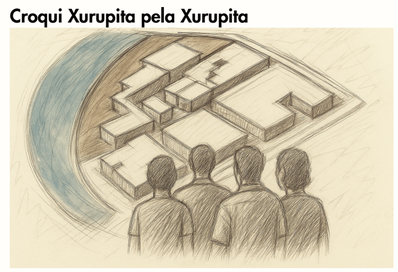


Xurupita pela Xurupita

Na etapa de interlocução com os moradores, emergiu uma percepção mais autêntica e subjetiva da ocupação. Os relatos destacam a relação afetiva e funcional com o Rio Grande, apesar dos riscos recorrentes de enchentes. Para os moradores, as casas, mesmo autoconstruídas, atendem às suas necessidades e refletem um protagonismo na construção do território.

As principais demandas por melhorias da ocupação incluem saneamento básico e pavimentação e melhorias urbanas, mas a maioria dos moradores não vê necessidade de substituição das moradias. Essa perspectiva sugere que políticas participativas como a ATHIS seriam mais eficazes do que implantações de novas habitações com as padronizações já estabelecidas pela programa HIS. Sendo identificado a manutenção dos dois primeiros cenários. Nota-se, de todo modo, que a continuidade do trabalho de campo é essencial para ampliar a escuta comunitária e construir soluções coletivas e socialmente justas.

Croqui Xurupita pela Xurupita



Mapeamento da deriva

01 Rua da ocupação Xurupita



02 Fachada do SAMU e do CIR



03 Vista do Ed. Farroupilha na Xurupita



04 Rua de acesso ao Rio Grande



05 Fachada do condomínio Beira Rio



Carência de infraestrutura urbana básica: ausência de pavimentação, iluminação pública adequada, redes de esgoto e drenagem, além de saneamento básico precário, comprometendo diretamente a saúde e a qualidade de vida da população local.

Intervenções públicas que ampliam a invisibilidade social: construção e inauguração, em 2024, de equipamentos públicos como o SAMU e o Centro Integrado de Regulação (CIR) no local anteriormente destinado a uma via de acesso à comunidade, dificultando a circulação e reforçando o isolamento da Xurupita.

Uso desigual das margens do rio: área utilizada por grupos sociais de maior poder aquisitivo como ponto de ancoradouro para motos aquáticas, em contraste com a falta de infraestrutura adequada para os moradores da Xurupita, revelando um cenário de injustiça socioespacial.

Nova ponte e intensificação do fluxo viário: obra em andamento de ponte ligando os bairros Barreirinhas e Vila Dulce, com potencial de aumentar significativamente o tráfego de veículos nas proximidades da ocupação, pressionando ainda mais seu entorno.



50 0 50 100 150 m

Legenda: Identificação do local da foto Nº

Equipamentos privados em desconformidade ambiental: a instalação do bar e restaurante denominado Cais e Porto, às margens do Rio Grande, configura ocupação irregular da área ribeirinha e provoca impactos ambientais significativos, como a degradação das margens, o comprometimento da qualidade da água e o aumento da poluição no entorno.

Verticalização: a presença do Edifício Farroupilha simboliza o início do processo de verticalização na área, fenômeno já previsto pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Barreiras, que autoriza edificações de até 25 pavimentos e altura máxima de 82 metros na Zona Central 01.

Pressão imobiliária: proximidade de grandes empreendimentos residenciais que ampliam a especulação fundiária e intensificam os processos de exclusão social, ameaçando a permanência da comunidade.

Ausência de arborização e áreas permeáveis: grandes trechos de vias apresentam-se sem cobertura vegetal, sombreamento ou infraestrutura verde, agravando as condições de habitabilidade e contribuindo para ilhas de calor urbano.

06 Rua da ocupação Xurupita



07 Rua da ocupação Xurupita



08 Vista bar e restaurante Cais e Porto



09 Afunilamento do segundo acesso a Xurupita



10 Vista do canteiro de obra da nova ponte



TERRITÓRIOS DO SABER

Habitação de Interesse Social no Brasil

A Habitação de Interesse Social(HIS) é uma política pública destinada a populações de baixa renda e busca garantir moradias dignas. No Brasil, as políticas habitacionais avançaram com a Constituição de 1988 e o Sistema Nacional de HIS (Brasil, 2005), culminando em programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida, o mais recente deles.

Até então, apesar de ampliarem o acesso à moradia, muitas iniciativas priorizaram quantidade sobre qualidade, gerando conjuntos arquitetônicos periféricos, isolados e carentes de infraestrutura urbana. O desafio atual é pensar habitação como direito à cidade, integrando os moradores ao espaço urbano e promovendo inclusão social e sustentabilidade.

Foto do Residencial São Francisco em Barreiras - BA



Fonte: Prefeitura Municipal de Barreiras (BA), 2025

Foto do Residencial Solar Barreiras em Barreiras - BA



Fonte: Prefeitura Municipal de Barreiras (BA), 2025

Relação entre ocupação e cursos d'água

As margens dos rios exercem funções ambientais essenciais, mas em muitas cidades brasileiras foram ocupadas irregularmente por populações de baixa renda, em decorrência da exclusão do mercado formal de terras e da ausência de políticas habitacionais eficazes. Essas ocupações geram riscos como enchentes, perda da vegetação ciliar e contaminação hídrica, ampliando a vulnerabilidade social e ambiental. No caso específico da cidade de Barreiras, observa-se ainda uma particularidade: as margens dos rios também foram apropriadas por setores da sociedade com maior poder aquisitivo. Exemplos disso podem ser identificados nas margens do Rio Grande e do Rio de Ondas, onde casas e chácaras de elevado valor econômico ocupam extensas áreas ribeirinhas.

É crucial diferenciar comunidades ribeirinhas tradicionais — com modos de vida historicamente ligados aos rios — de ocupações urbanas precárias, que surgem sem vínculos culturais com o ambiente fluvial. Essa distinção orienta políticas públicas eficazes: proteger o patrimônio das populações tradicionais e urbanizar de forma sustentável os assentamentos periféricos, garantindo justiça socioambiental e segurança habitacional.

Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)

A ATHIS, instituída pela Lei nº 11.888/2008, garante às famílias de baixa renda acesso gratuito a serviços de arquitetura, urbanismo e engenharia, promovendo moradias dignas e o direito à cidade. Essa política reconhece o papel técnico e social dos arquitetos e urbanistas na construção de soluções habitacionais inclusivas e sustentáveis, com foco na justiça espacial e na equidade territorial.

Apesar dos avanços, a ATHIS enfrenta desafios, como falta de financiamento público, baixa divulgação de suas ações e carência de equipes técnicas municipais. Experiências exitosas no Brasil mostram que, com parcerias entre comunidades, universidades e órgãos públicos, é possível transformar territórios vulneráveis e qualificar o espaço urbano.

Ocupação irregulares e planejamento urbano

Políticas como a HIS e a Regularização Fundiária Urbana (REURB) são fundamentais para promover inclusão social, evitando remoções forçadas de comunidades marginalizadas inteiras e reconhecendo as ocupações como expressões legítimas de resistência. É preciso garantir o direito à cidade, com soluções que respeitem o ambiente e a cultura local, evitando abordagens repressivas como a remoção abrupta de moradores, que agravam as desigualdades socioambientais de populações vulneráveis. Integrar essas comunidades ao tecido urbano dito formal exige soluções que aliem justiça social, respeito ao ambiente e participação comunitária ativa.

Território propriedade e posse

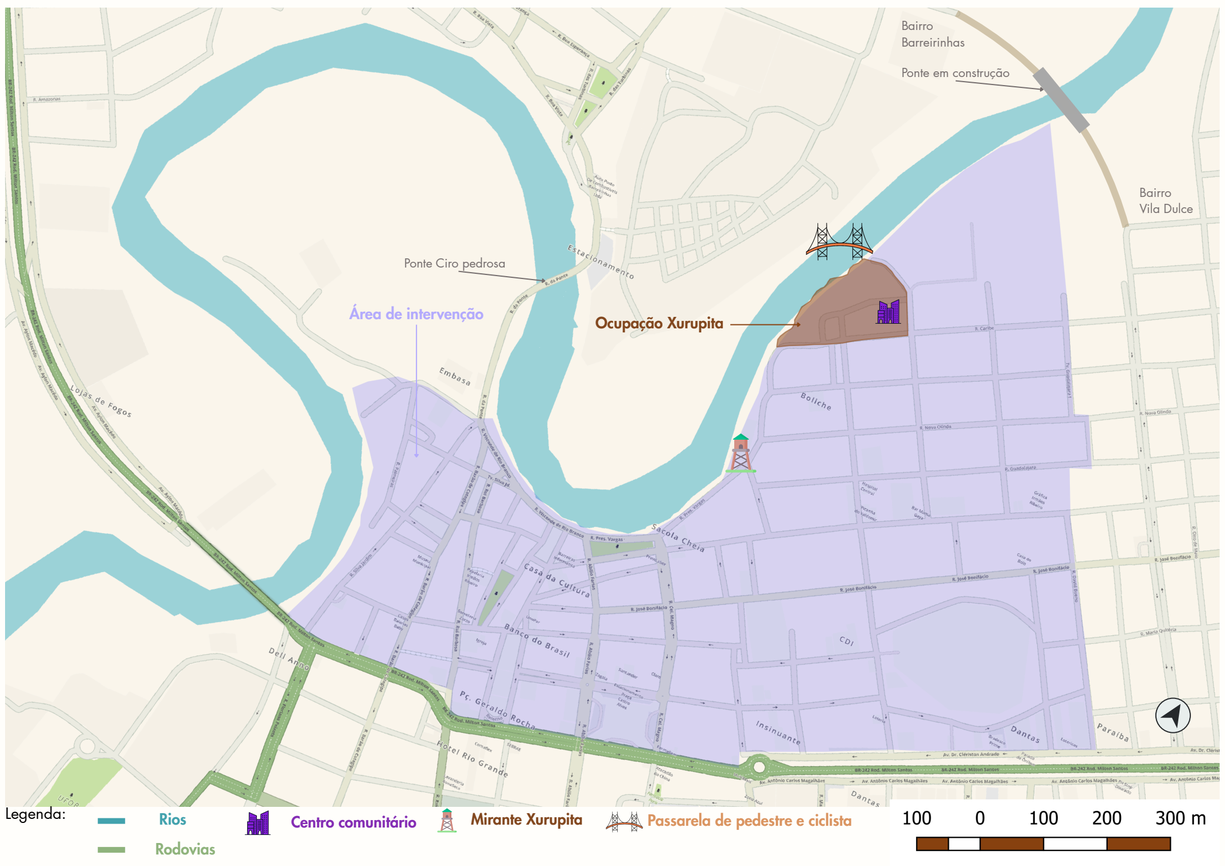
O território é mais do que um espaço físico: é resultado de relações de poder, significados e pertencimentos construídos socialmente. No direito urbanístico, a função social da propriedade subordina o uso do solo ao bem-estar coletivo, enquanto a posse, em assentamentos "informais", representa uma forma legítima de habitar e produzir cidade, numa cidade onde pobres e ricos estão irregulares em grande medida segundo a própria prefeitura.

Reconhecer a posse e promover regularização fundiária é essencial para consolidar o direito à cidade, reduzir desigualdades e fortalecer comunidades historicamente marginalizadas. O desafio contemporâneo é integrar justiça social, planejamento urbano e redes comunitárias na gestão do território.

Mudanças climáticas e cidades

As cidades concentram populações e desafios diante da emergência climática. A intensificação de enchentes, deslizamentos de terra, secas e calor extremos, por exemplo, é fruto do capital e, portanto, da ação humana; como defendem vários autores, estaríamos vivendo a era do "capitaloceno". Essa realidade tem relação direta com a urbanização e a desigual ocupação territorial. No Brasil, o crescimento desordenado empurrou a população de baixa renda para áreas precárias e periféricas, caracterizadas por insegurança fundiária e ausência de infraestrutura urbana adequada – ou mesmo básica. Esses territórios, muitas vezes criminalizados e também vulneráveis a riscos ambientais, refletem desigualdades históricas e a luta pelo direito à cidade.

Mapa de intervenção



DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA

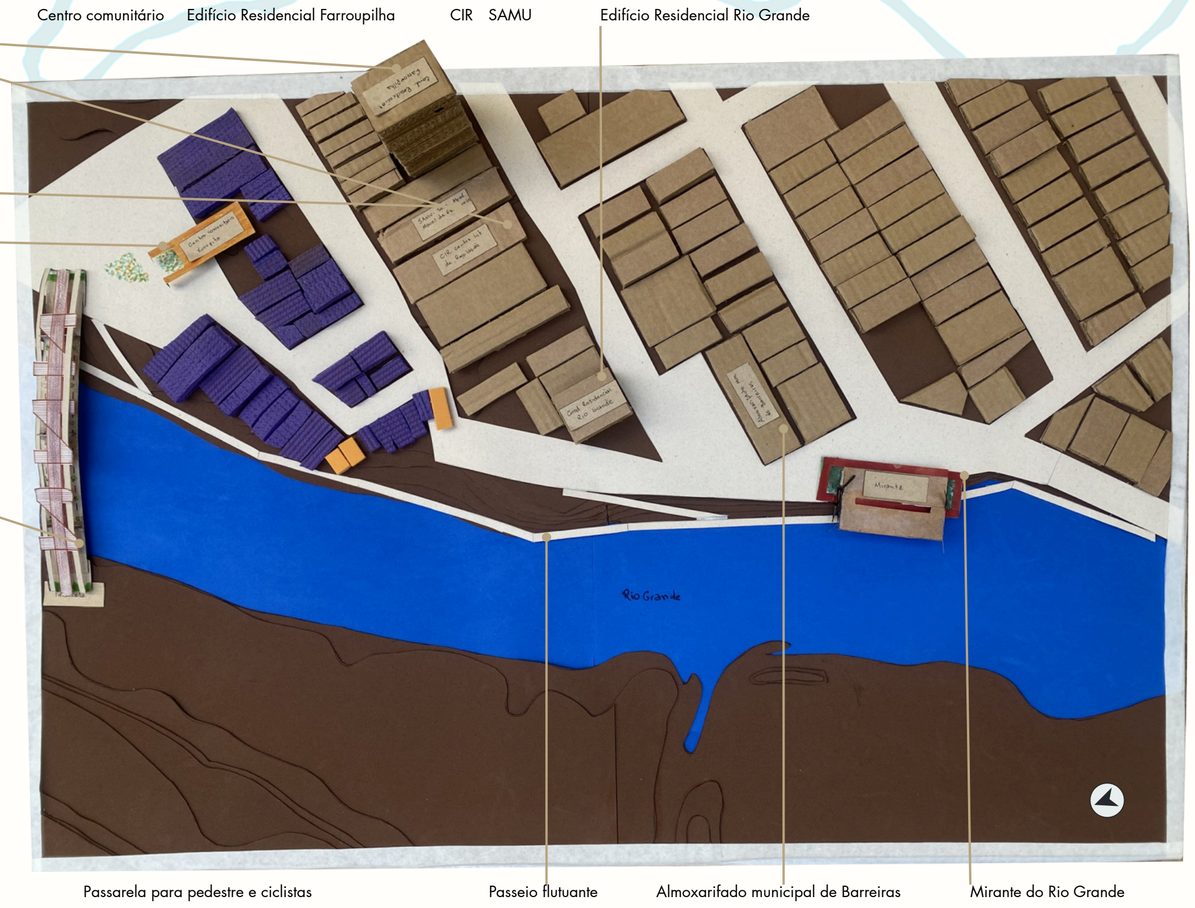
Embora a proposta de intervenção para a Xurupita apresente um elevado potencial transformador, sua efetivação requer o enfrentamento de uma série de desafios técnicos, sociais, legais e institucionais. A superação dessas barreiras será determinante para garantir que a urbanização do território ocorra de forma inclusiva, sustentável e participativa. Dentre os principais desafios colocados estão:

Aspectos técnicos e legais, como a REURB-S: Esse instrumento jurídico possibilita o reconhecimento formal da ocupação e a titulação dos lotes, assegurando segurança jurídica aos moradores e criando condições para a implantação de infraestrutura urbana. No entanto, sua implementação exige a articulação entre diferentes órgãos públicos, adequação de normas urbanísticas e ambientais, além de uma abordagem que evite soluções meramente legais que desconsiderem as dinâmicas sociais locais (Rolnik, 2019);

Necessidade de participação social ativa: A transformação do território depende da participação efetiva da comunidade, para que os moradores não sejam apenas beneficiários, mas protagonistas no processo de urbanização. Como aponta Lefebvre (2001), o direito à cidade pressupõe o envolvimento direto da população nos processos de produção e gestão do espaço urbano. Para isso, será necessário o desenvolvimento de ferramentas de escuta e planejamento participativo, capazes de fortalecer os vínculos comunitários, garantir a legitimidade das decisões e evitar conflitos durante a implementação das ações;

Limitações orçamentárias e institucionais: As restrições financeiras e estruturais do poder público municipal representam outro obstáculo relevante. A materialização das propostas dependerá da captação de recursos financeiros, a exemplo de parcerias público-privadas (PPPs), convênios intergovernamentais, programas federais voltados à HIS e à infraestrutura urbana. Além disso, será imprescindível a articulação entre diferentes esferas de governo e o envolvimento de entidades da sociedade civil para garantir a execução integrada e sustentável das ações (Maricato, 2001).

Maquete física de estudo preliminar



PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

A partir da análise das dinâmicas territoriais e socioambientais da ocupação Xurupita, emergiu a necessidade de estruturar intervenções capazes de enfrentar as vulnerabilidades identificadas, promovendo a inclusão urbana e restabelecendo o equilíbrio ambiental. O processo de análise revelou um território marcado por déficits de infraestrutura básica, precariedade habitacional e fragilidade ambiental, intensificados pela ocupação da margem do Rio Grande – área de grande relevância ecológica para o município de Barreiras.

Essa leitura crítica do território permitiu compreender a Xurupita não apenas como um espaço precarizado, mas como um território vivo e em transformação, onde as relações sociais, culturais e ambientais se entrelaçam. Nesse sentido, os desafios relacionados à regularização fundiária, à precariedade das condições habitacionais e à pressão ambiental sobre o ecossistema fluvial foram interpretados como pontos elementares a serem enfrentados, mas também como potencialidades para o desenvolvimento de soluções urbanísticas.

As propostas de intervenção, formuladas nas escalas do urbanismo, do paisagismo e da arquitetura, e implantadas em todo área de intervenção que é convergente as áreas delimitadas pelas zonas ZC 01 e ZCH, conforme o PDDU de Barreiras, foram fundamentadas nos princípios da sustentabilidade, da inclusão social e da justiça socioespacial. Parte-se do entendimento de que a transformação urbana só se concretiza de forma efetiva quando incorpora, de maneira integrada, as dimensões sociais, ambientais e culturais do território. Para Raquel Rolnik (2019), a justiça socioespacial consiste na efetiva inclusão urbana, o que requer o acesso equitativo à infraestrutura, aos serviços públicos e à participação ativa da população nos processos de transformação da cidade. Essa concepção está em consonância com o conceito de direito à cidade, definido por Henri Lefebvre (2001) como a garantia do acesso democrático de todos aos benefícios da urbanização, e ampliado pela própria Rolnik (2019), ao enfatizar a necessidade de reconhecer os moradores de territórios populares como sujeitos protagonistas na produção e gestão do espaço urbano.

Buscou-se estabelecer conexões diretas entre a análise territorial e as soluções propostas, promovendo um diálogo entre o saber técnico-acadêmico e os saberes populares presentes na comunidade. Como destaca Erminia Maricato (2001), intervenções em assentamentos "informais" devem evitar abordagens normativas e excludentes, considerando a centralidade das práticas cotidianas e das redes de sociabilidade na construção de uma arquitetura-urbanismo-paisagismo mais justos.

Além disso, os objetivos do projeto foram alinhados aos parâmetros da Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), instituída pela Lei nº 13.465/2017, que oferece instrumentos legais para assegurar a permanência qualificada das famílias em territórios consolidados. Neste trabalho, considerou-se, assim, a Xurupita como uma área de interesse social prioritária para o ordenamento territorial de Barreiras, exigindo soluções integradas que articulem a requalificação física do espaço urbano com o fortalecimento das estruturas sociais e comunitárias.

Os desafios enfrentados no processo de apreensão urbana – como as limitações de infraestrutura, a vulnerabilidade ambiental e as desigualdades socioespaciais – não foram vistos como obstáculos intransponíveis, mas como oportunidades para a construção de um território resiliente, capaz de se adaptar às mudanças climáticas e de sustentar a vida em todas as suas formas. Assim, as diretrizes propostas refletem um compromisso com a transformação da Xurupita em um espaço urbano inclusivo, seguro e sustentável, alinhadas com a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente o ODS 11, que visa a "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (Nações Unidas Brasil, 2015).

CENÁRIO ESCOLHIDO: A XURUPITA COMO TERRITÓRIO RESILIENTE

O cenário de intervenção escolhido para a ocupação Xurupita articula o planejamento urbano e ambiental com os programas de HIS e a ATHIS. Intitulado "A Xurupita como território resiliente", esse é o Cenário 3 da apreensão "Xurupita de fora" e reflete uma solução equilibrada entre os desafios técnicos identificados e as necessidades sociais e culturais da comunidade.

As propostas preveem a urbanização progressiva do território com a manutenção das moradias em seus respectivos lotes, sempre que possível, e a realização de relocações internas apenas em casos estritamente necessários, como medida para garantir a segurança, a salubridade e a qualidade habitacional dos moradores. Essas relocações ocorreriam dentro do próprio território da Xurupita, respeitando os vínculos sociais e territoriais que estruturam a vida comunitária e evitando rupturas nas redes de apoio construídas ao longo do tempo.

Esse cenário foi escolhido por apresentar maior compatibilidade com a realidade local e com o nível de interlocução que foi possível de ser realizado com a comunidade no desenvolvimento do trabalho. Trata-se do cenário que melhor atende às necessidades identificadas em campo, conciliando:

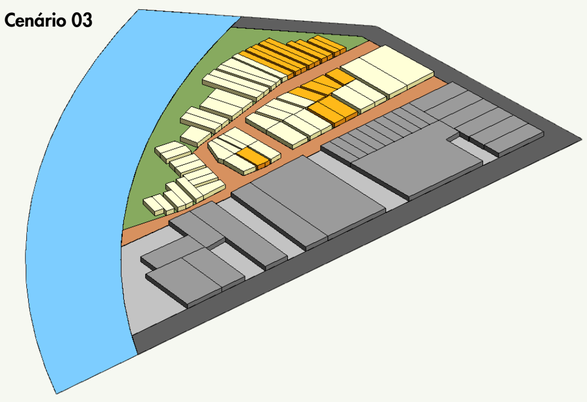
A mitigação de vulnerabilidades ambientais e urbanas;
O fortalecimento do tecido social existente; e
A construção de um modelo urbano digno, inclusivo, sustentável e socialmente justo para Barreiras.

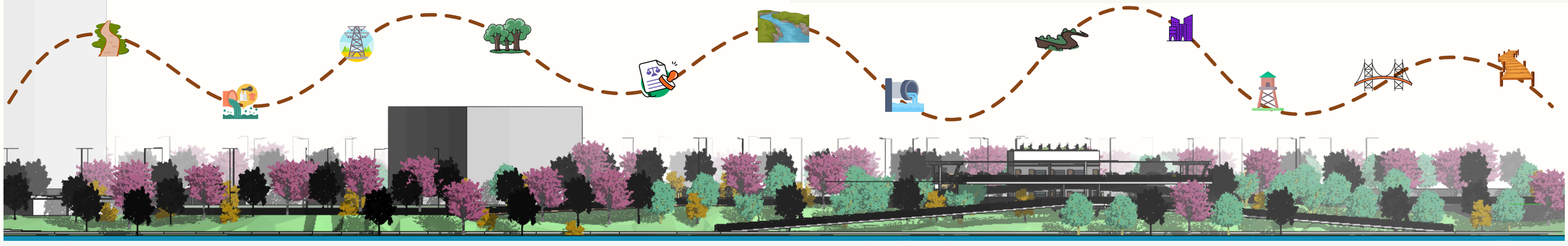
Ao considerar a Xurupita como um território resiliente, o projeto reconhece o potencial da comunidade para se adaptar e se transformar diante das adversidades, em especial aquelas relacionadas às mudanças climáticas. Essa visão busca romper com a lógica histórica de exclusão socioespacial que trouxe a comunidade para uma área ambientalmente frágeis e socialmente invisibilizadas, e visa a promover uma existência digna, mais justa, democrática e ambientalmente equilibrada.

A escolha desse cenário dialoga, portanto, com o conceito de justiça socioespacial, além de fundamentar-se na perspectiva de sustentabilidade integral proposta por Ailton Krenak (2019), que defende o cuidado com a terra e a manutenção dos vínculos comunitários como condições essenciais para a continuidade da vida.

Portanto, o cenário escolhido não é apenas uma solução técnica, mas também uma alternativa política e social para garantir o direito à moradia digna e o acesso democrático ao espaço urbano, transformando a Xurupita em um território integrado ao planejamento urbano de Barreiras, capaz de enfrentar os desafios socioambientais do presente e do futuro.
Ele propõe soluções em escalas que excedem a área da ocupação, articulando infraestrutura sustentável, requalificação ambiental, corredores ecológicos e equipamentos públicos, pensados para agirem como vetores de justiça socioespacial.

Cenário 03





CONCEITO: HABITAR À MARGEM COMO TERRITÓRIO VIVO

O conceito parte da compreensão da Xurupita como um território permeado por dinâmicas sociais, culturais e ambientais, onde o Rio Grande se apresenta como elemento estruturador do espaço e da memória coletiva. Inspirado no pensamento de Krenak (2019), entende-se que a sustentabilidade não pode se restringir a soluções técnicas, mas deve envolver o respeito aos vínculos comunitários e à continuidade da vida em todas as suas formas. Assim, o conceito busca ressignificar à margem: de um espaço marginalizado e ambientalmente frágil para um território vivo, capaz de acolher a diversidade humana e ecológica, promover o pertencimento e conectar a comunidade aos ciclos naturais do rio e do Cerrado. Essa visão valoriza a coexistência entre o espaço construído e o ecossistema ripário (mata ciliar), entendendo o ambiente como sujeito e não apenas como recurso.

PARTIDO: REQUALIFICAR, RECONECTAR, REVITALIZAR

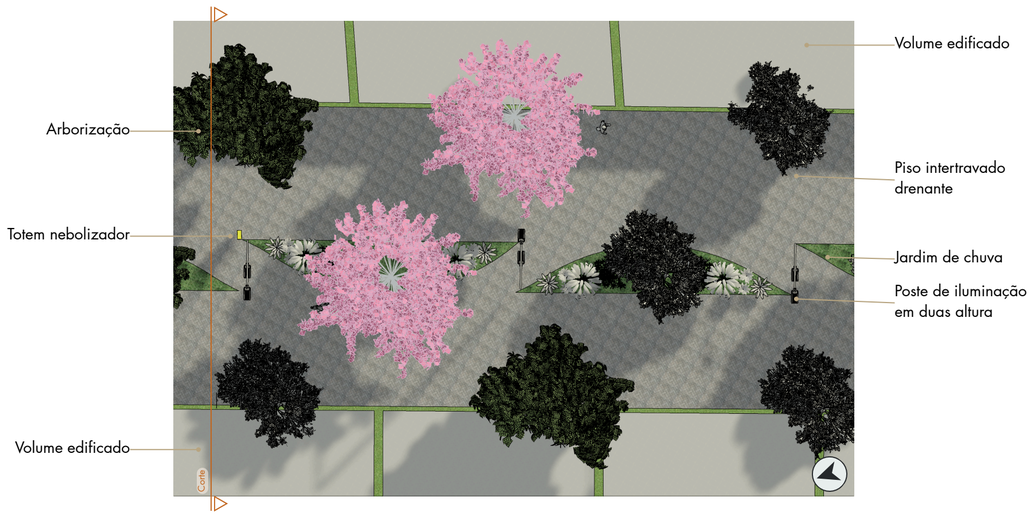
O partido geral das propostas nas escalas do urbanismo, do paisagismo e da arquitetura organizam-se em três eixos:

Requalificar o espaço urbano: Implantação de infraestrutura básica (água, esgoto, drenagem e rede elétrica subterrânea, requalificação viária com pavimento drenante e espaços públicos desenhados para priorizar pedestres e ciclistas, garantindo acessibilidade, de acordo com ABNT NBR 9050/2020, que estabelece critérios para a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; e considerando a filosofia projetual do Desenho Universal sempre que possível. A arquitetura proposta integra soluções sustentáveis como telhados verdes, sistemas de captação de água pluvial e materiais de baixo impacto ambiental;

Reconectar pessoas e paisagem construída: Criação de corredores ecológicos e arborização massiva (reflorestamento), conectando, particularmente, a Xurupita e o Parque Natural Municipal Engenheiro Geraldo Rocha, localizado na margem oposta à ocupação, uma das áreas verdes mais significativas da cidade. Equipamentos como o Centro Comunitário e o Mirante do Rio Grande serão concebidos como marcos sociais e visuais, promovendo encontros e o diálogo entre a cidade "formal" e a ocupação. A passarela sobre o Rio Grande, que conectará as duas margens do rio, simboliza essa conexão, funcionando como um gesto de inclusão física e simbólica;

Revitalizar as margens do Rio Grande: Intervenções paisagísticas com técnicas de bioengenharia, recomposição da mata ciliar e áreas de permanência pública às margens, restituindo o rio como espaço de convivência e não como limite urbano, deverão "devolver a vida" ao rio. Essa abordagem busca transformar a relação entre a comunidade e o ambiente fluvial, promovendo educação ambiental e consciência coletiva sobre a importância do Cerrado como berço das águas.

Planta baixa recorte da rua
Escala: 1:200



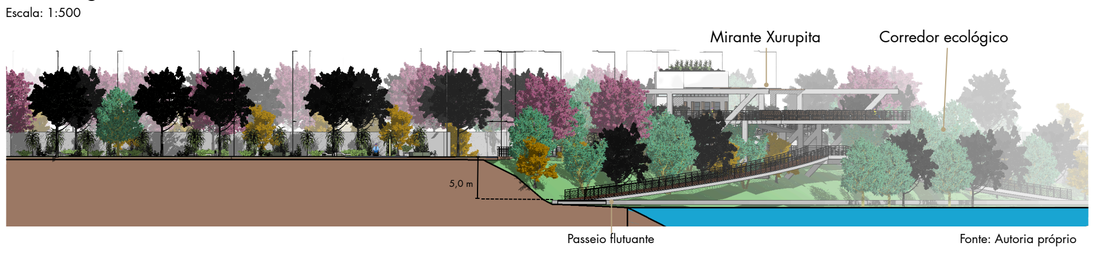
Corte da rua
Escala: 1:200



Detalhe Inst. Subterrânea
Escala: 1:50



Corte largo beira rio
Escala: 1:500



Fonte: Autoria próprio

PROPOSTAS PAISAGÍSTICAS

O Rio Grande, enquanto elemento estruturador do território e da identidade paisagística de Barreiras, desempenha um papel central na dinâmica ambiental e urbana do município. Ao longo do tempo, a ocupação desordenada de suas margens, associada à ausência de infraestrutura adequada, resultou em processos erosivos, degradação da mata ciliar e comprometimento das funções ecológicas do curso d'água. Nesse contexto, as intervenções propostas buscam restabelecer o equilíbrio entre o ambiente natural e o espaço urbano, conciliando conservação ambiental, uso social qualificado e adaptação às mudanças climáticas.

As ações previstas seguem os princípios das Soluções Baseadas na Natureza (SBN) e da infraestrutura verde, reconhecendo que a saúde ambiental do Rio Grande é indissociável da qualidade de vida dos moradores da Xurupita e do entorno.

Soluções baseadas na natureza para drenagem urbana e mitigação das ilhas de calor

A implementação de sistemas de drenagem sustentável, como jardins de chuva, pavimentos permeáveis e valas de infiltração, visa a reduzir o escoamento superficial e minimizar riscos de alagamento. Tais dispositivos são integrados à paisagem urbana, funcionando como infraestrutura verde que alia eficiência técnica à valorização estética do espaço público. Além disso, o aumento da cobertura vegetal contribui para o combate às ilhas de calor urbano, regulando o microclima local e ampliando o conforto térmico para os moradores.

Criação de um corredor ecológico na margem do Rio Grande

A proposta do corredor ecológico busca integrar fragmentos de vegetação nativa ao longo do Rio Grande e em áreas urbanas adjacentes, estabelecendo uma conexão direta com o Parque Natural Municipal Engenheiro Geraldo Rocha. Esses corredores desempenham um papel vital na manutenção da biodiversidade, facilitando o deslocamento de fauna e a dispersão de sementes, além de oferecerem espaços de lazer e contemplação para a população. Concebidos como áreas de transição entre o urbano e o natural, eles promovem o equilíbrio entre as funções ecológicas e sociais da paisagem (Forman; Godron, 1986).

Revitalização das margens do rio grande com técnicas de bioengenharia

Essa intervenção propõe a estabilização das margens do rio por meio de técnicas de bioengenharia de solos, que utilizam materiais vegetais e geossintéticos para conter processos erosivos, favorecendo a regeneração natural da vegetação ribeirinha. Além de garantir a proteção física do leito fluvial, essa abordagem promove a recomposição da mata ciliar, fundamental para o controle de sedimentos, a filtragem de poluentes e o fornecimento de habitat para a fauna local (Naiman; Decamps; Mc Clain, 2005). Essa ação também reforça a relação simbólica e cultural entre a população e o rio, resgatando-o como espaço de vida e convivência.

PROPOSTAS URBANÍSTICAS

A proposta de intervenção busca promover a urbanização progressiva da área, assegurando qualidade de vida para os moradores, integração efetiva ao tecido urbano dito formal e mitigação dos impactos ambientais, em consonância com os princípios da justiça socioespacial e da sustentabilidade territorial (Krenak, 2019). As diretrizes apresentadas foram formuladas com base em uma abordagem sistêmica, reconhecendo o território da Xurupita como um espaço vivo e dinâmico, onde as soluções técnicas deverão dialogar com as dimensões sociais, culturais e ambientais.

Requalificação da rede elétrica

A proposta prevê a substituição da rede elétrica aérea por sistemas subterrâneos, medida que reduz significativamente os riscos de acidentes, contribui para a valorização da paisagem urbana e possibilita um planejamento mais eficiente da arborização. Essa mudança viabiliza o plantio de árvores de médio e grande porte, formando corredores verdes sem interferências na fiação. Além disso, está prevista a implantação de um sistema de iluminação pública em dois níveis: o primeiro, em altura reduzida, direcionado ao plano de pedestres e posicionado abaixo das copas arbóreas para garantir conforto e segurança no deslocamento; o segundo, em altura superior às copas, com luminárias projetadas para ampliar a visibilidade e estimular a utilização qualificada dos espaços públicos em diferentes períodos do dia e da noite, reforçando a vitalidade urbana.

Requalificação da pavimentação e melhoria da mobilidade interna

A intervenção propõe a requalificação do sistema viário com enfoque em mobilidade sustentável e infraestrutura verde. A pavimentação será realizada com o uso de piso intertravado drenante, tecnologia que, além de proporcionar conforto e acessibilidade aos pedestres, desempenhando papel crucial na gestão das águas pluviais, mitigando alagamentos e favorecendo a infiltração no solo. A sinalização horizontal será reorganizada para priorizar o deslocamento de pedestres e ciclistas sobre veículos particulares, adotando o conceito de "tráfego calmo" (traffic calming) com redução e controle da velocidade dos automóveis.
A requalificação da pavimentação não se restringirá ao território da Xurupita, estendendo-se ao centro histórico e à área de conexão entre a nova ponte, em construção nas proximidades da Xurupita, a Avenida José Bonifácio e a Ponte Ciro Pedrosa. Essa medida busca superar as barreiras físicas que poderão surgir pelos fluxos rodoviários intensos, que poderá ocorrer com a inauguração da ponte, provável "muro invisível" (Santos, 2008) que dificultará o deslocamento seguro de pedestres e fragmentando o espaço urbano.

Arborização urbana e reflorestamento da mata ciliar

O sistema de arborização será planejado para formar corredores ecológicos urbanos, conectando áreas verdes e possibilitando a circulação de fauna local, especialmente aves e pequenos mamíferos. Essa tática também contribui para o conforto térmico, redução das ilhas de calor e promoção de sombreamento natural sobre calçadas e áreas de convivência.
A recomposição da mata ciliar será realizada com espécies nativas do Cerrado, reconhecendo o papel crucial dos ecossistemas ripários (mata ciliar) como zonas de transição entre ambientes aquáticos e terrestres. Esses ecossistemas atuam como filtros naturais para a qualidade da água, bem como corredores ecológicos para a fauna e áreas de mitigação de extremos climáticos (Naiman; Decamps; Mc Clain, 2005).

A intervenção considera a criação de corredores verdes, articulando o espaço urbano com o ambiente natural, de modo a promover a continuidade do dossel arbóreo – elemento essencial para conectar fragmentos de vegetação, facilitar o fluxo de espécies e manter processos ecológicos como a regulação microclimática e a ciclagem de nutrientes (Souza,2017). Além de restaurar funções ecológicas e hidrológicas, o reflorestamento contribuirá para o fortalecimento da paisagem cultural do Rio Grande enquanto elemento estruturador do território, resgatando a memória ambiental e a relação simbiótica entre a comunidade e o rio.

Integração da ocupação ao tecido urbano "formal"

A regularização fundiária, a urbanização progressiva e a ampliação do acesso a equipamentos públicos e serviços essenciais são entendidas como instrumentos para promover a inclusão territorial e social. A aplicação do REURB-S será central nesse processo, garantindo segurança jurídica aos moradores e favorecendo a integração efetiva da Xurupita ao planejamento urbano de Barreiras.

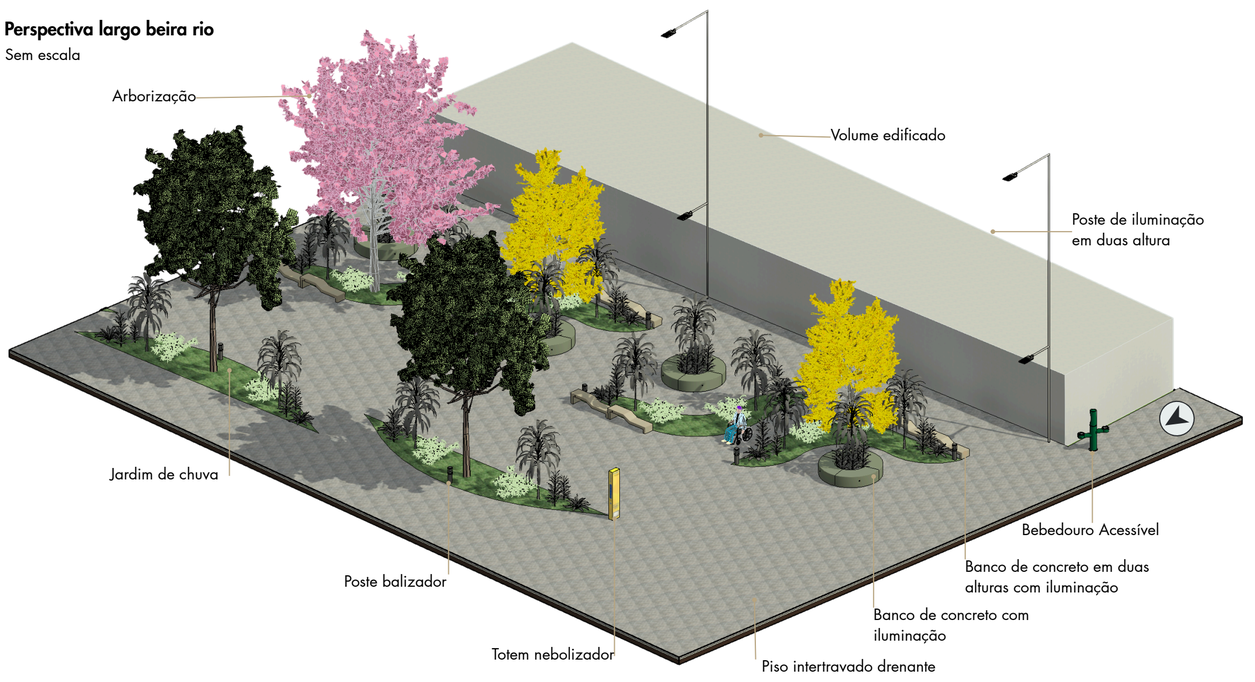
Implantação de infraestrutura básica

Será realizada a instalação de redes de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e drenagem pluvial, atendendo aos parâmetros da ATHIS. Tais medidas visam prevenir alagamentos, contaminações e garantir o direito ao saneamento como parte do direito à cidade. A concepção da infraestrutura considera não apenas os moradores, mas também o Rio Grande como sujeito de direito, reconhecendo-o como elemento integrante do território e essencial para o equilíbrio socioambiental.

Perspectiva da implantação
Sem escala



Perspectiva largo beira rio
Sem escala



Imagens de referências:
fonte internet, somente ilustrativas.

Vegetação:


Ipê amarelo


Juazeiro


Aroeira salsa


Marinheiro


Canudo-de-pito


Arbusto berberis


Arbusto hibiscus


Vegetação rasteira

Materiais:


Madeira plastica


Flutuador PierPlas


Piso drenante

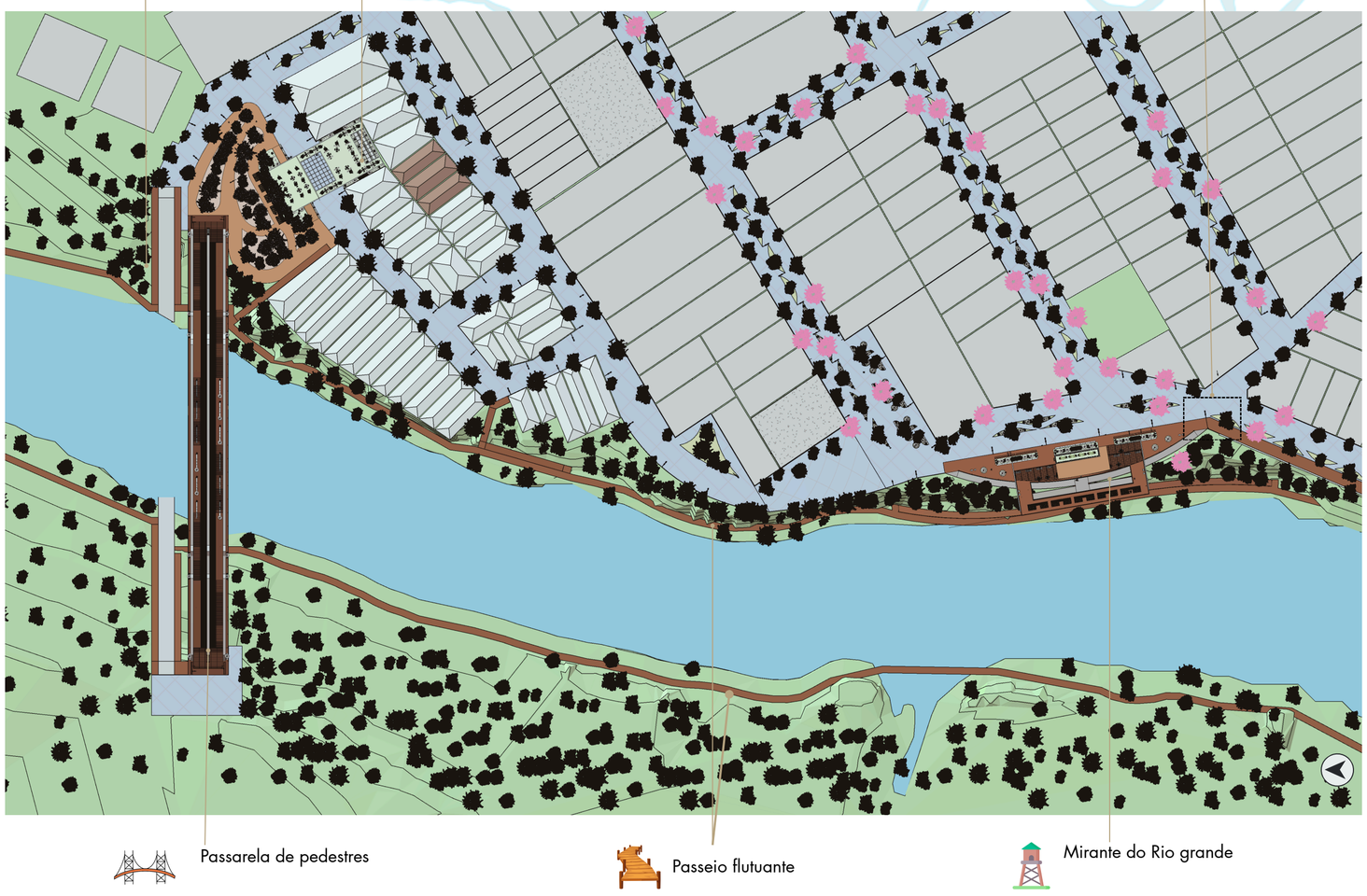
Equipamentos:


Totem nebolizador


Bebedouro acessível


Banco de conc. iluminado

Planta de situação
Escala: 1 : 1500



Passeio flutuante

A implantação de um passeio flutuante ao longo das margens do Rio Grande, no perímetro compreendido entre a ponte Ciro Pedrosa e a nova ponte atualmente em construção, configura-se como um elemento estruturante para a requalificação ambiental e urbanística da área. Este equipamento visa a integrar as duas margens do rio, criando um percurso contínuo que articula o antigo cais da cidade com o novo, estabelecendo uma relação mais próxima entre a cidade e o rio.

O passeio flutuante possibilita múltiplos usos, como circulação de pedestres, contemplação paisagística e práticas de lazer, promovendo o acesso público às margens e incentivando a apropriação coletiva deste território ribeirinho. Além de seu valor paisagístico, o equipamento adquire relevância ao propor soluções de acessibilidade nas estruturas do cais antigo, incluindo rampas com inclinação adequada, plataformas de acesso e passarelas que atendam às normas técnicas vigentes.

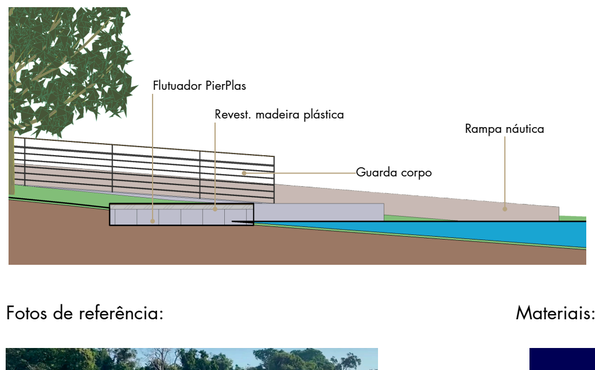
Do ponto de vista ambiental, o passeio flutuante é concebido com materiais e tecnologias de baixo impacto, buscando a compatibilização entre a presença humana e a preservação do ecossistema ripário. Sua implantação está alinhada às diretrizes de requalificação da mata ciliar e de recuperação da borda d'água, reforçando a importância histórica do Rio Grande como elemento estruturador do tecido urbano de Barreiras.

Como equipamento articulador, o passeio também se conecta aos demais projetos previstos para a área, tais como o Mirante Sol do Cerrado e o Centro Comunitário da Xurupita, compondo uma rede de espaços públicos que fortalece a conectividade territorial e promove a integração socioespacial da comunidade.

Mapa de intervenção



Corte do Passeio flutuante
Escala: 1:100



Fotos de referência:


Flutuante para obras públicas


Flutuante para obras públicas

Fonte: Site do empresa NTC Float

Materiais:



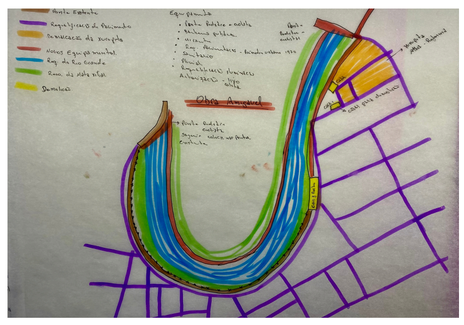
Flutuador PierPlas


Madeira plástica

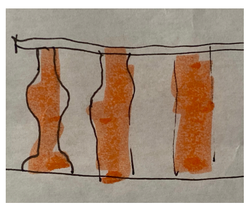
PROPOSTAS ARQUITETÔNICAS

As propostas arquitetônicas, fundamentadas em soluções urbanísticas e paisagísticas, têm como objetivo não apenas a requalificação do território da Xurupita, mas também o fortalecimento dos vínculos comunitários, o estímulo ao uso coletivo dos espaços públicos e a promoção da integração socioespacial com o restante da cidade. Nesse sentido, os equipamentos urbanos foram concebidos de forma a responder às demandas sociais, ambientais e funcionais do território, reconhecendo-o como um espaço em constante transformação e com potencial de resiliência. Além disso, buscou-se articular as novas técnicas construtivas aos referenciais históricos e arquitetônicos do cais de Barreiras, de modo a preservar a memória urbana e, simultaneamente, propor soluções contemporâneas. Essa estratégia de requalificação não se limita à criação de infraestrutura, mas visa harmonizar as intervenções ao contexto local, valorizando os espaços coletivos e fomentando a apropriação cidadã, condição essencial para o fortalecimento da identidade comunitária e para a democratização do acesso à cidade.

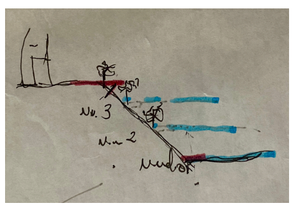
Estudo preliminar
Elaboração de croqui pata estudo de necessidade e volumetria.







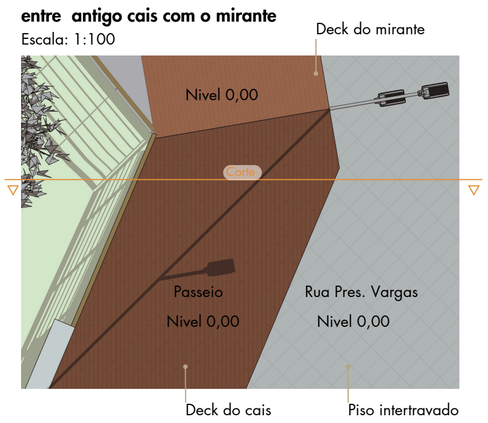




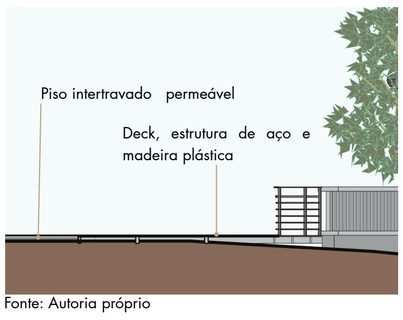
Estudo de conexão entre os novos equipamentos com os antigos

Com a implantação dos novos equipamentos urbanos, tornou-se necessário adotar soluções que estabelecessem uma conexão coerente entre as novas estruturas e aquelas já existentes, as quais, para além de suas funções práticas, possuem forte valor simbólico e afetivo para a cidade.

Planta do detalhe da conexão entre antigo cais com o mirante
Escala: 1:100

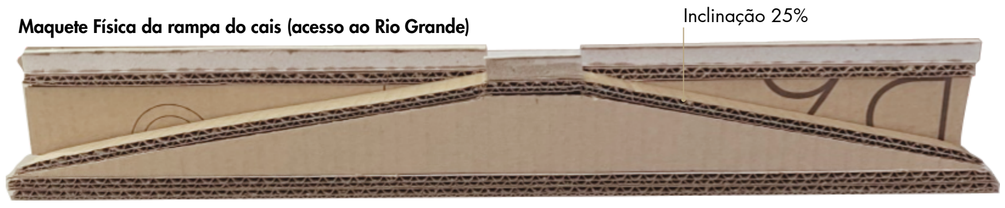


Corte do detalhe da conexão entre antigo cais com o mirante
Escala: 1:100

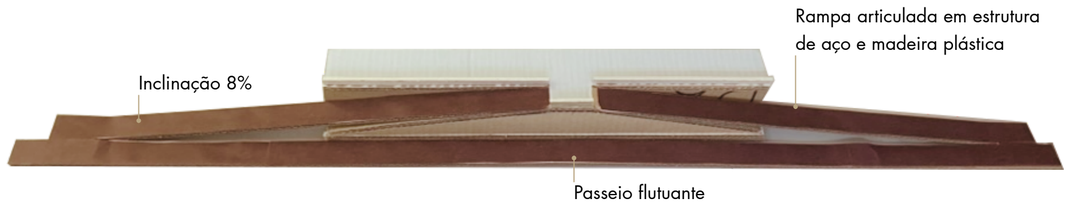


Fonte: Autoria próprio

Maquete Física da rampa do cais (acesso ao Rio Grande)



Maquete física de requalificação da rampa do cais



ONDE CHEGUEI: APRENDIZADO, CONQUISTAS E NOVOS DESAFIOS

O percurso desta pesquisa possibilitou construir pontes entre o conhecimento técnico - acadêmico e as vivências comunitárias, permitindo alcançar o objetivo central de conhecer, de "perto e de dentro" (Magnani, 2002), a ocupação Xurupita. Ao longo desse processo, foi possível elaborar cenários de intervenção que visam a contribuir para a visibilização e a qualificação das condições urbanas, ambientais e habitacionais do território. As reflexões geradas também apontam para contribuições relevantes para políticas públicas e práticas urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas mais sustentáveis e humanizadas, reafirmando o valor social que essa experiência carrega.

Entre os cenários inicialmente estudados para a proposta de intervenção, a escolha recaiu sobre o cenário fundamentado pelo equilíbrio entre o planejamento técnico e o reconhecimento das práticas sociais e vínculos comunitários que moldam a vida cotidiana da Xurupita. O cenário escolhido propõe a permanência das moradias em seus respectivos lotes, com eventuais relocações internas apenas quando estritamente necessárias para garantir a segurança, a salubridade e a qualidade habitacional. Assim, busca-se respeitar os vínculos territoriais e evitar a ruptura das redes sociais estabelecidas, fortalecendo a comunidade enquanto agente ativo na construção de soluções.
Essa escolha dialoga diretamente com os conceitos de justiça socioespacial, que defende a integração efetiva de populações marginalizadas ao tecido urbano dito "formal", com acesso equitativo à infraestrutura e aos serviços públicos. Nas palavras de Maricato (2001), as ocupações irregulares resultam de um modelo de urbanização excludente, e qualquer proposta de intervenção deve reconhecer a legitimidade desses territórios como parte da cidade e como expressão da luta pelo direito à moradia e à cidade.

Além disso, a aplicação do REURB-S surge como um instrumento fundamental para garantir segurança jurídica às famílias e permitir a urbanização progressiva da área. A REURB, ao articular a regularização fundiária com melhorias urbanísticas e ambientais, reforça a possibilidade de transformar a Xurupita em um território "formalizado" e integrado ao planejamento urbano do município, sem desconsiderar as dinâmicas sociais locais.

A proposta também incorpora os princípios da ATHIS, ferramenta essencial para qualificar as moradias existentes. Muitos moradores da Xurupita atuam no setor da construção civil e aplicam seus conhecimentos em suas próprias casas, mas a assistência técnica é indispensável para assegurar segurança estrutural, qualidade ambiental e sustentabilidade das soluções habitacionais, articulando o saber técnico ao saber popular.

Por fim, o pensamento de Krenak (2019)inspira uma compreensão mais ampla de sustentabilidade, que vai além da gestão racional dos recursos. Para o pensador indígena brasileiro, sustentara vida é também sustentar os territórios e os vínculos que conferem sentido à existência das pessoas. Nesse sentido, a Xurupita, como território resiliente, representa uma abordagem que valoriza os moradores não como ocupantes provisórios, mas como sujeitos de direito e protagonistas na construção de um futuro digno e sustentável.

Assim, os próximos desafios envolvem o aprofundamento das interlocuções com a comunidade, o fortalecimento de ferramentas participativas e o acompanhamento técnico contínuo para que as soluções propostas não apenas atendam às demandas físicas do território, mas também respeitem e valorizem a identidade coletiva daqueles que fazem da Xurupita o seu lar.

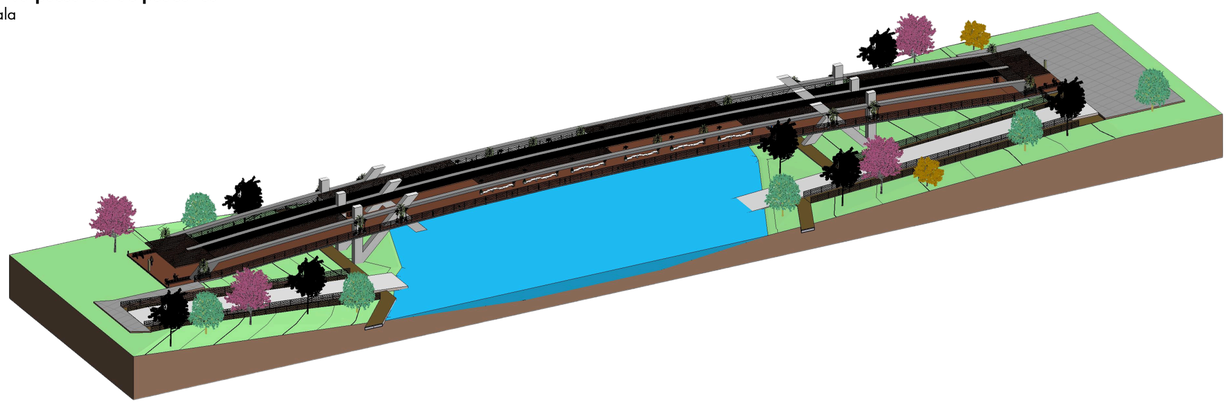
Passarela de pedestres

A passarela será implantada como uma ligação física e simbólica entre a Xurupita e o Parque Natural Municipal Engenheiro Geraldo Rocha. A estrutura visa garantir acessibilidade e segurança para pedestres e ciclistas; favorecer o uso sustentável do parque pela comunidade; romper com a lógica de isolamento socioespacial, aproximando os moradores das áreas públicas "formais" e privilegiadas da cidade.

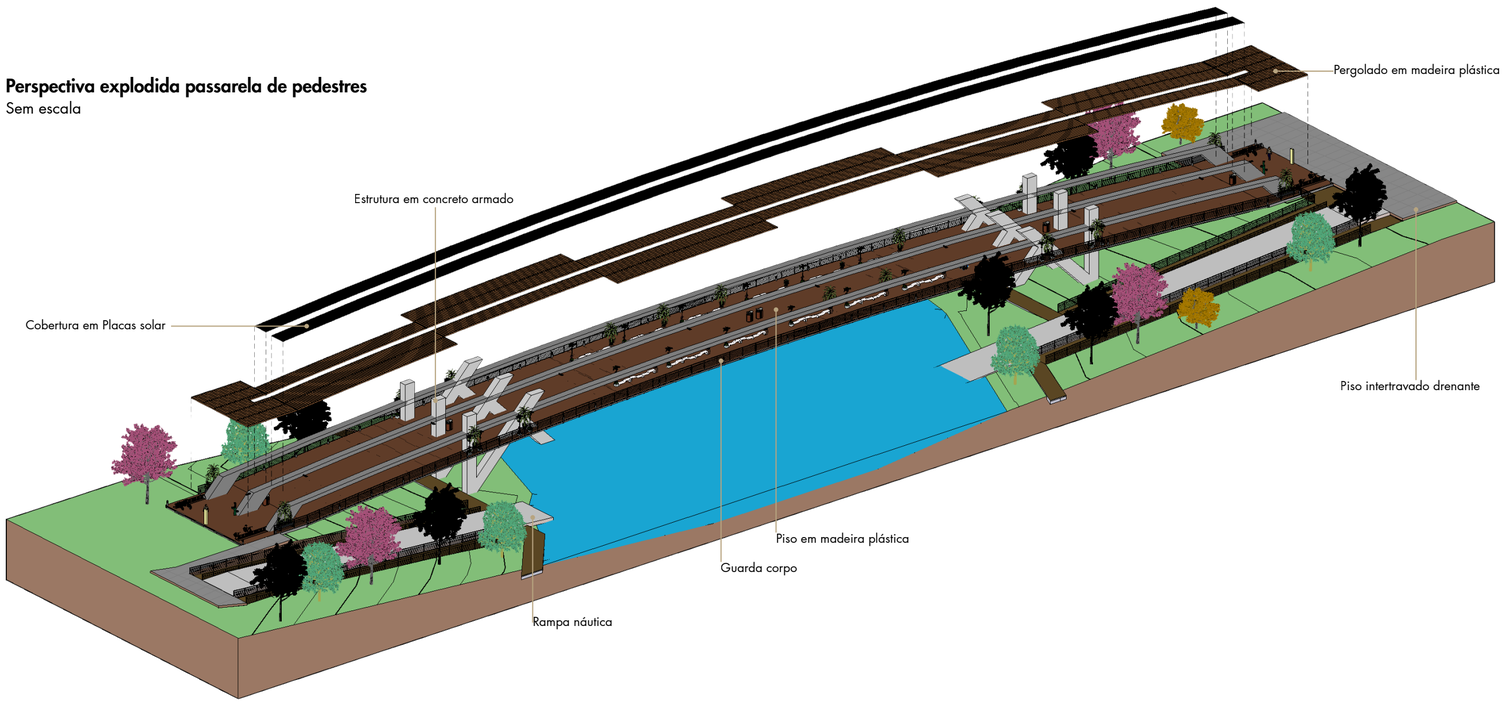
Além disso, ela será dotada de áreas de lazer e convivência comunitária, caracterizados por espaços de recreação e praças sombreadas implantados para fomentar o uso coletivo e fortalecer a coesão social. Esses espaços desempenham papel fundamental na promoção do bem-estar físico e mental dos habitantes, criação de áreas de permanência e apropriação comunitária, favorecendo interações sociais e o sentimento de pertencimento ao território, em particular da Xurupita.

Além de cumprir sua função primordial de conectividade entre as margens, a passarela projetada prevê, em sua estrutura lateral, a incorporação de rampas náuticas implantadas em ambos os lados do Rio Grande. Tais dispositivos serão destinados ao embarque e desembarque de pequenas embarcações e motos aquáticas, reforçando o uso tradicional do rio pela comunidade da Xurupita e, simultaneamente, atendendo às demandas de outros moradores de Barreiras que utilizam o espaço para atividades de navegação. Dessa maneira, a passarela deixa de se configurar unicamente como elemento de travessia, assumindo o papel de infraestrutura multifuncional, capaz de articular mobilidade urbana, acessibilidade universal e integração com a dinâmica fluvial existente, contribuindo para a valorização do território e para a requalificação ambiental da margem.

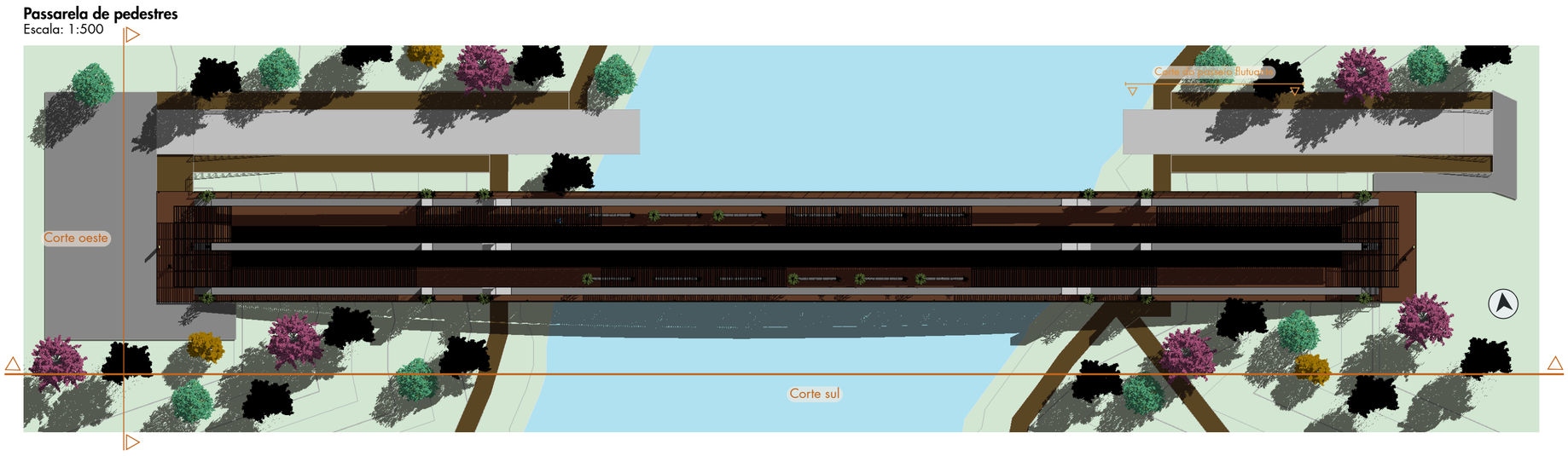
Perspectiva passarela de pedestres
Sem escala



Perspectiva explodida passarela de pedestres
Sem escala



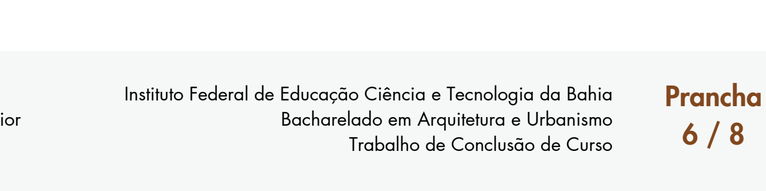
Passarela de pedestres
Escala: 1:500



Corte sul passarela de pedestres
Escala: 1:500



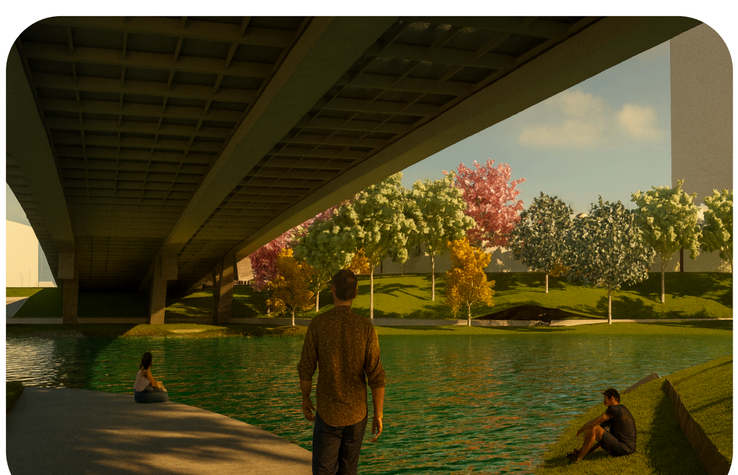
Corte oeste Passarela de pedestres
Escala: 1:200



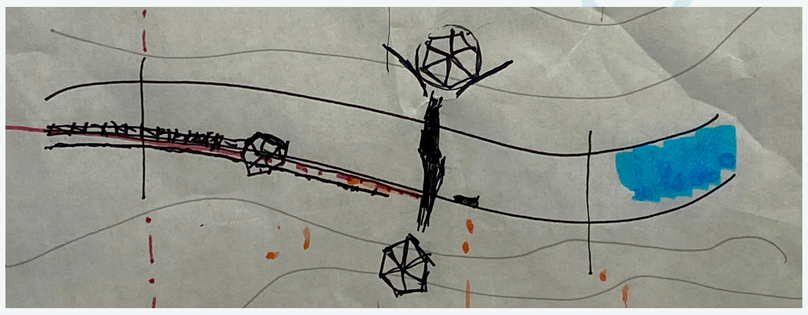
Fotos da Passarela de pedestre:

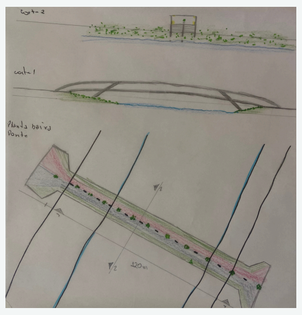


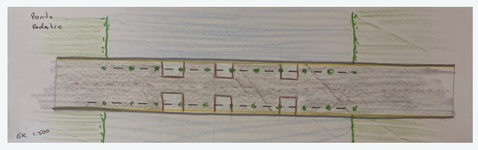


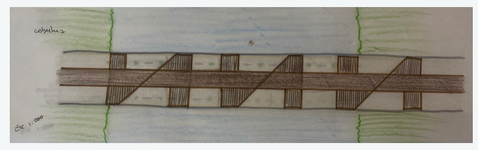


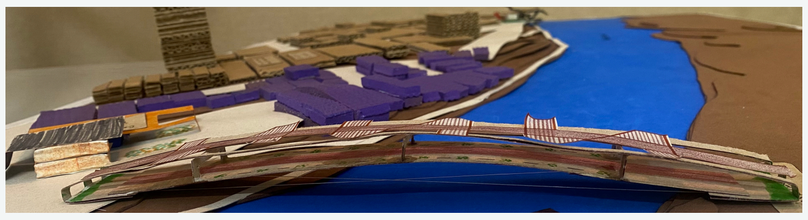
Estudo preliminar
Elaboração de croqui e maquete física pata estudo de volumetria.

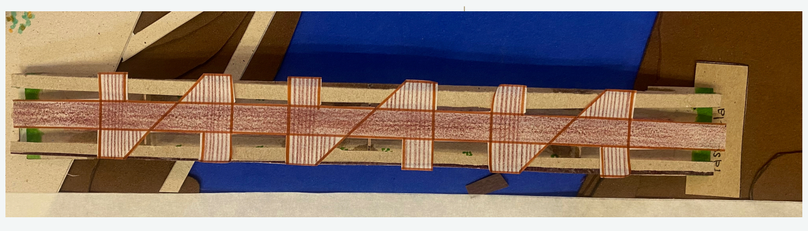










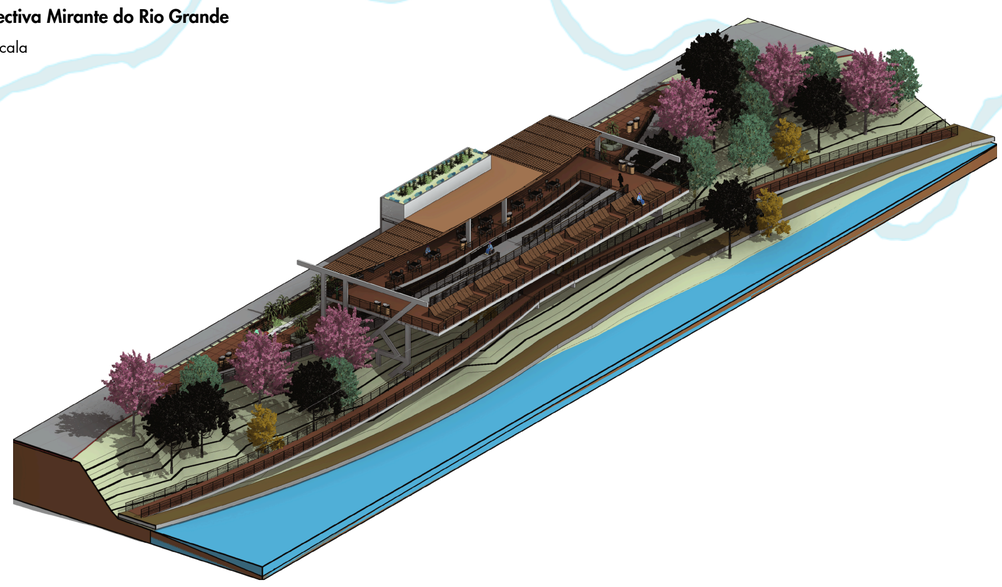


Mirante do Rio Grande

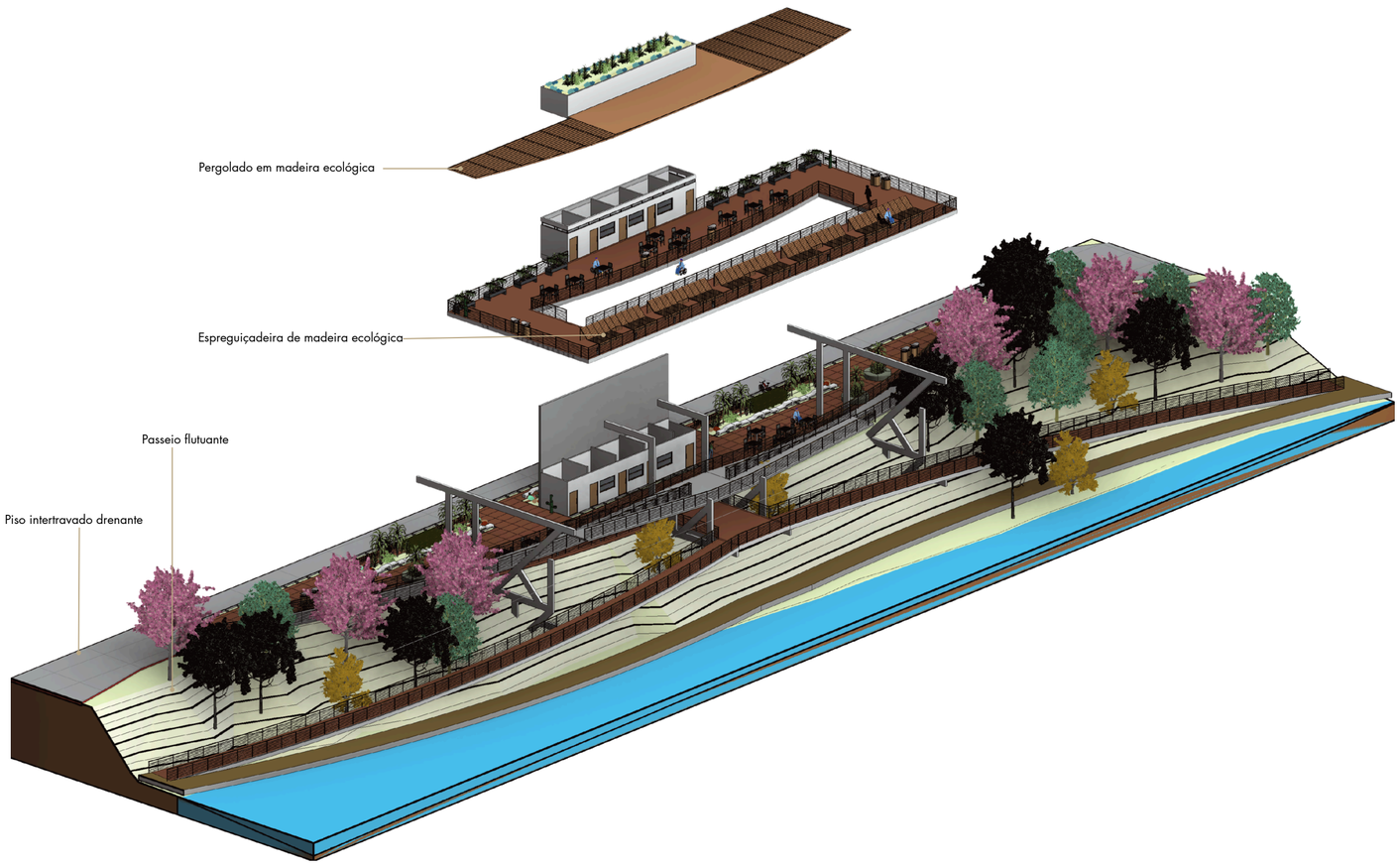
Localizado nas proximidades da Xurupita, o Mirante é concebido como um espaço de contemplação e convivência, oferecendo vistas privilegiadas para o Rio Grande – elemento estruturador da paisagem e da identidade territorial de Barreiras. Este equipamento urbano possui função de valorização da paisagem cultural, ambiental e estímulo do turismo local, com potencial de geração de renda para a comunidade, bem como de estabelecimento de conexão simbólica e física entre o centro histórico e a margem ocupada, contribuindo para a visibilização social da Xurupita.

Importa destacar que o terreno destinado à implantação do mirante é atualmente ocupado por um estabelecimento privado do setor de gastronomia voltado a um público de maior poder aquisitivo, causando um desconforto ambiental e que é polêmico a permissão de funcionamento dele devido essa posição ambiental, bastante controverso e tema de querelas na câmara e mídia local. Por isso, será necessária a desapropriação e relocação dessa atividade econômica para um vazio urbano existente imediatamente à frente do local, garantindo a continuidade das atividades comerciais em um espaço adequado e liberando a área para a construção do mirante como equipamento público inclusive acessível a toda a população, democratizando, assim, o acesso ao Rio Grande, qualificando essa margem (direita) como espaço coletivo.

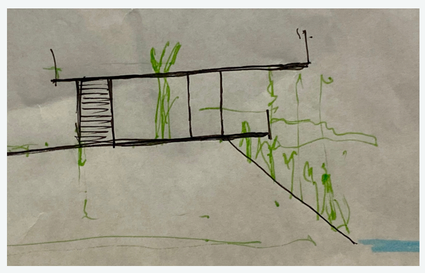
Perspectiva Mirante do Rio Grande
Sem escala

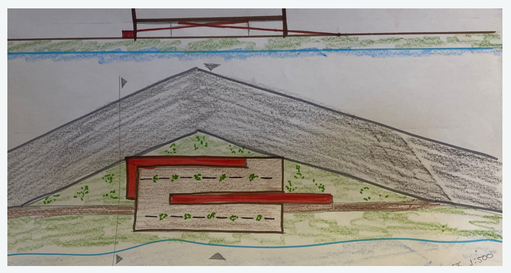


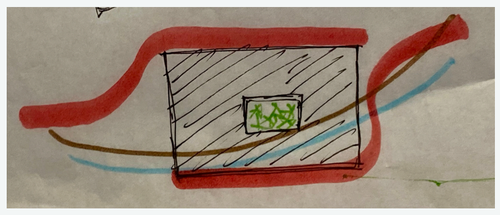
Perspectiva explodida Mirante do Rio Grande
Sem escala



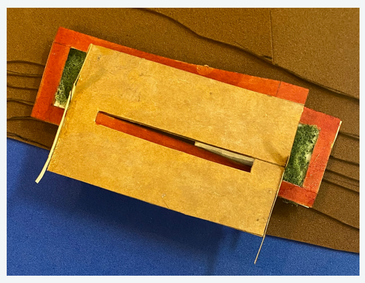
Estudo preliminar
Elaboração de croqui e maquete física pata estudo de volumetria.

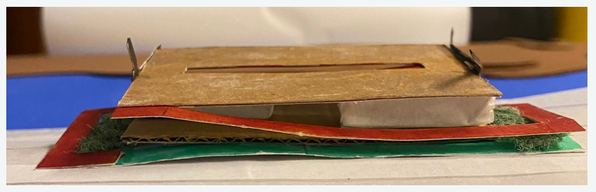




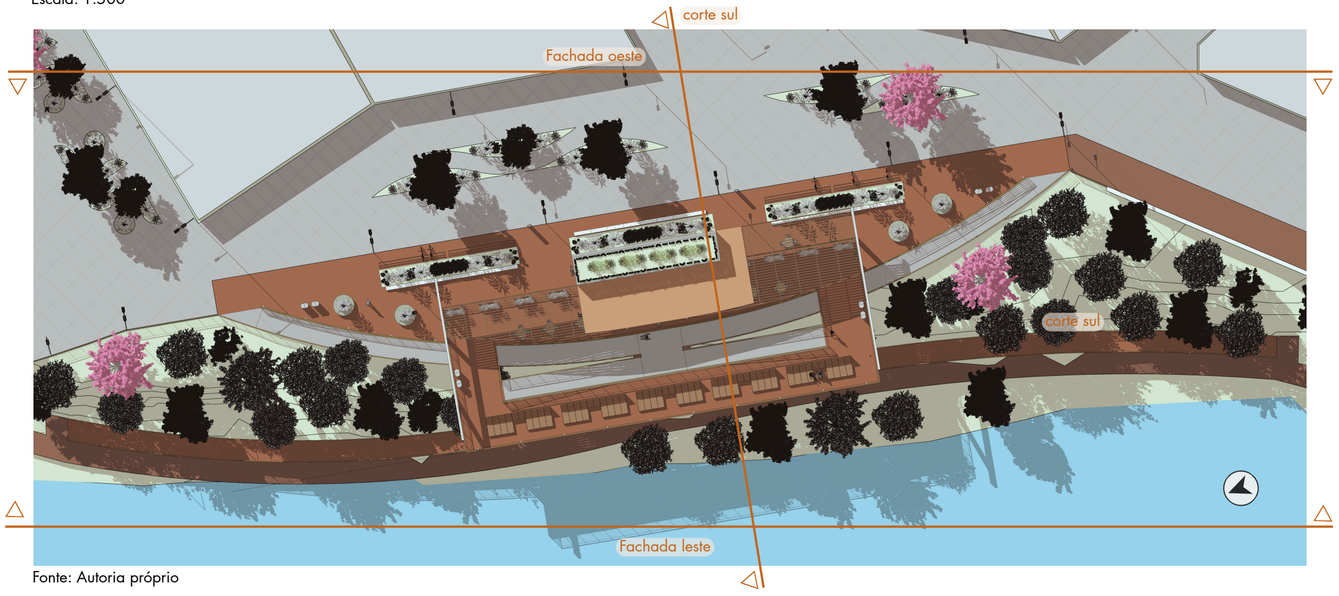








Planta de situação Mirante do Rio Grande
Escala: 1:500

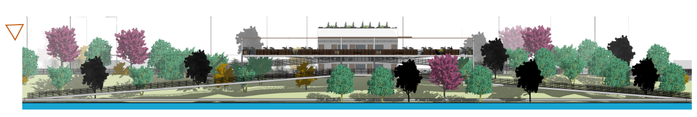


Fonte: Autoria próprio

Corte sul Mirante do Rio Grande
Escala: 1:200



Fachada leste do Mirante do Rio Grande
Escala: 1:500



Fachada oeste Mirante do Rio Grande
Escala: 1:250



Fotos Mirante do Rio Grande



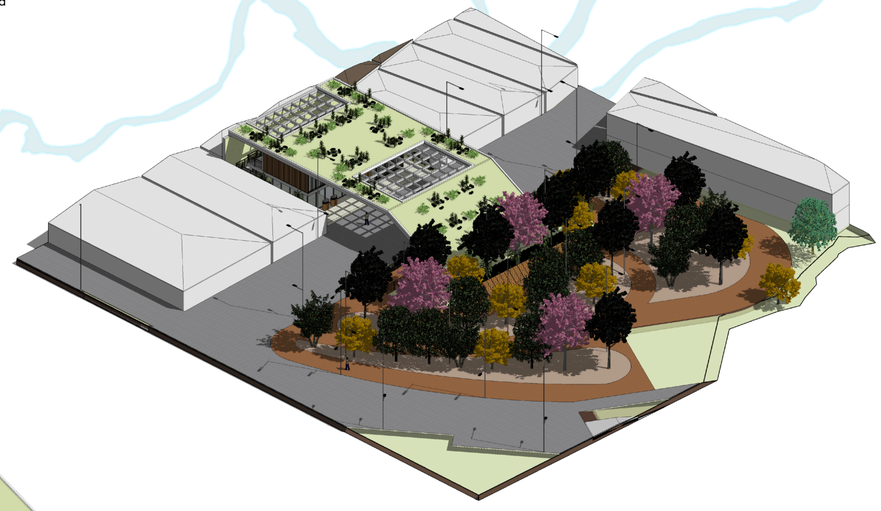




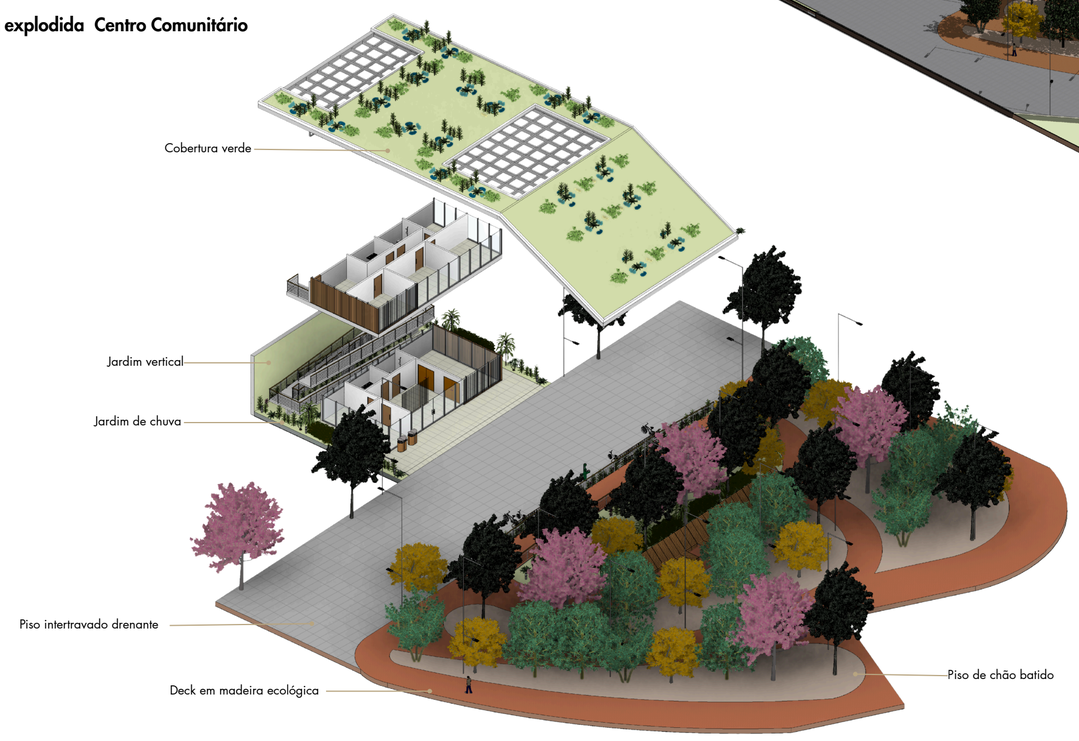
Centro Comunitário

Projetado como um equipamento multifuncional e inclusivo, o Centro Comunitário será um espaço de encontro, troca e fortalecimento social. Além de abrigar atividades culturais, educacionais e de capacitação profissional, o centro incluirá serviços sociais e um núcleo de acolhimento para pessoas em situação de rua, ampliando o papel do equipamento como vetor de justiça socioespacial (Rolnik, 2019). Sua implantação é fundamental para consolidar a autonomia comunitária, funcionando como um polo de organização social e estímulo à cidadania ativa.

Perspectiva explodida Centro Comunitário
Sem escala

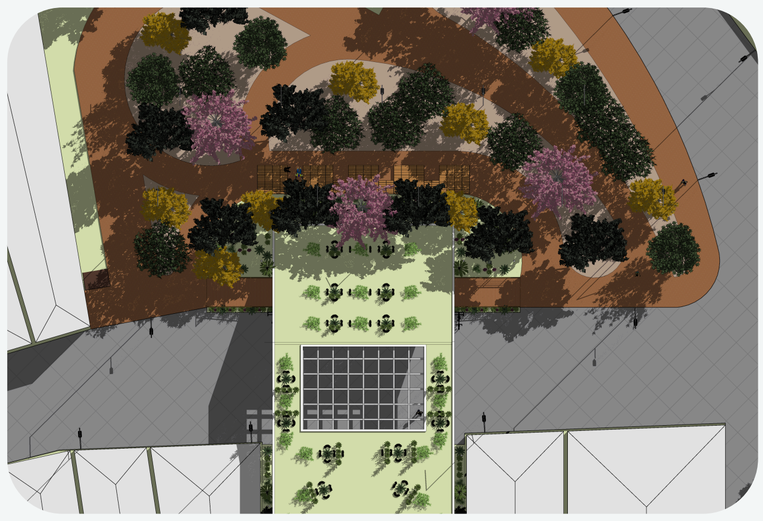


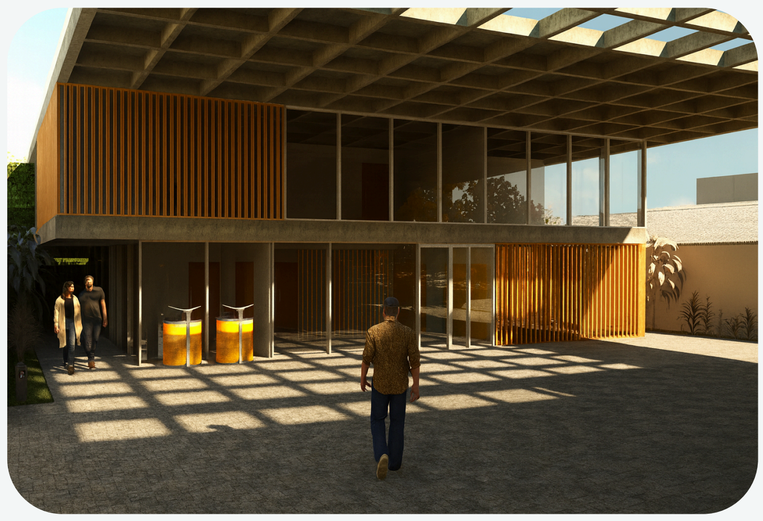
Perspectiva explodida Centro Comunitário
Sem escala



Fotos Centro Comunitário







Estudo preliminar
Elaboração de maquete física pata estudo de volumetria.



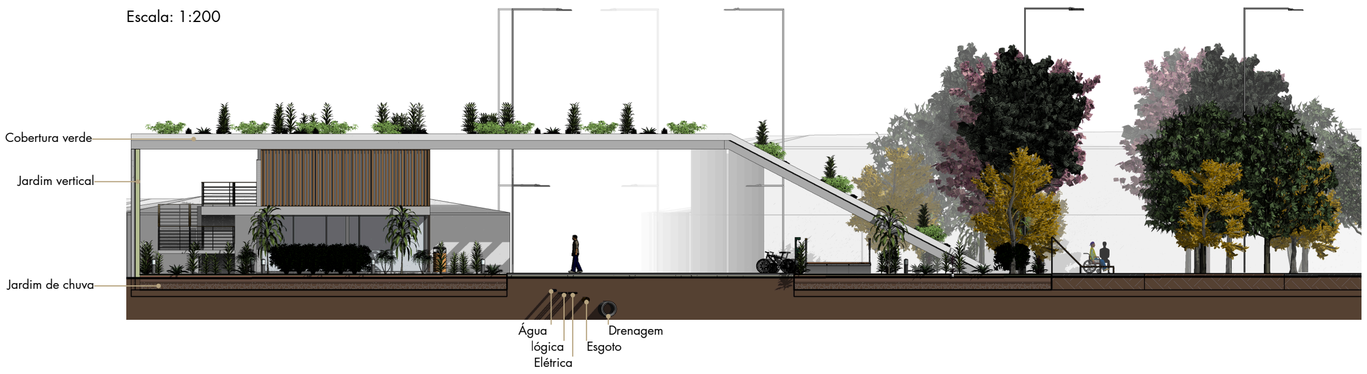




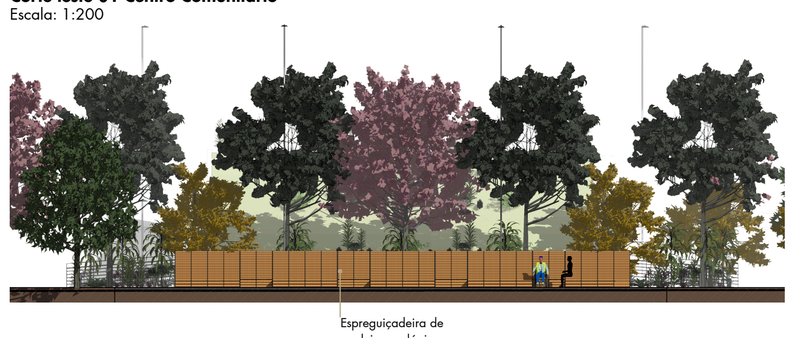
Planta de situação Centro Comunitário
Escala: 1:500



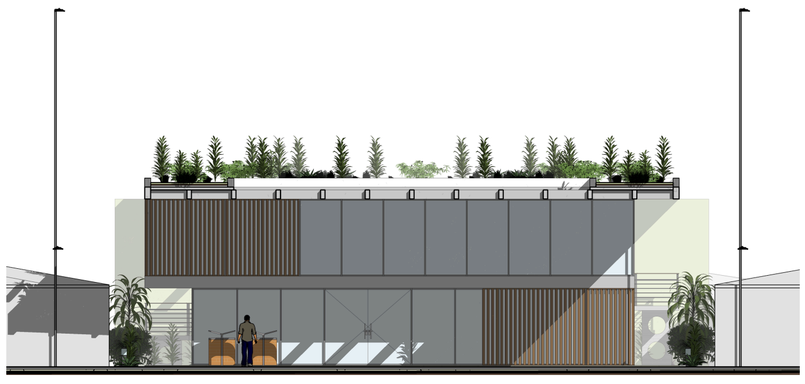
Corte norte Centro Comunitário
Escala: 1:200



Corte leste 01 Centro Comunitário
Escala: 1:200



Corte leste 02 Centro Comunitário
Escala: 1:200



Detalhe Centro Comunitário
Escala: 1:100



AGRADECIMENTOS

A jornada até aqui não teria sido possível sem o apoio incondicional e o carinho da minha família, que foi meu alicerce em cada etapa desse processo. Agradeço ao meu pai, Francisco Torres Borges, que, mesmo não estando mais fisicamente entre nós, continua me guiando por meio dos valores e ensinamentos que deixou como legado; sua memória é força e inspiração constante em minha vida. À minha mãe, Terezinha dos Santos Borges, às minhas irmãs, Nara Rúbia Borges de Oliveira e Shara Regina dos Santos Borges, e aos meus sobrinhos, Eduardo Borges Souza e Isis Valentine Borges de Oliveira, registro minha eterna gratidão por acreditarem no meu potencial e me ensinarem, com amor e exemplo, o valor da dedicação e da persistência. À minha filha, Laura Torres Amorim Borges, fonte de luz e maior motivo da minha caminhada, agradeço por me impulsionar diariamente a ser alguém melhor. Estendo também minha gratidão a seu irmão, Arthur de Amorim Lemes, a quem considero como um filho, por dividir momentos de afeto e convivência que fortaleceram ainda mais minha determinação ao longo desta jornada.

Ao meu colega de trabalho e amigo Bruno Reinaldo Dantas dos Santos; estendo minha gratidão a todos os demais colegas, pela generosidade e companheirismo em colaborarem para que eu pudesse conciliar as demandas profissionais com o percurso acadêmico, realizando permutas de serviço sempre que necessário, possibilitando que eu perdesse o mínimo de aulas possível. Esse gesto coletivo foi essencial para a continuidade da minha formação.

Ao professor Osnildo Adão Wan-Dall Junior, registro meu orgulho e gratidão pela parceria nesta etapa árdua do Trabalho de Conclusão de Curso; estendo também o reconhecimento a todos os professores que, com suas diferentes abordagens e particularidades, contribuíram para minha formação. Cada orientação, crítica e incentivo foram fundamentais não apenas para a construção do arquiteto e urbanista, mas também do cidadão que continuo me tornando.

Sou igualmente grato às muitas colaborações recebidas durante a pesquisa. À moradora Lindicleide Vieira dos Santos; estendo meu reconhecimento a todos os moradores da Xurupita, que me receberam de forma tão generosa, compartilhando experiências e memórias que enriqueceram este trabalho. À advogada Camilla Oliveira dos Santos, agradeço pela disponibilidade em dedicar parte de sua manhã para me orientar sobre as questões jurídicas que poderiam emergir no desenvolvimento da pesquisa. Ao professor Paulo Roberto Baqueiro Brandão, agradeço pela troca inspiradora que me ajudou a compreender que minha trajetória como policial militar não era um obstáculo, mas um ponto singular e enriquecedor, capaz de fortalecer e dar autenticidade à análise da comunidade estudada.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada, ajudando a transformar obstáculos em degraus para o meu crescimento pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050: **acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 4. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BIASE, Alessia de. **Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea: de uma antropologia do espaço à uma antropologia da transformação da cidade**. Tradução de Paola Berenstein Jacques. Redobra, Salvador, ano 3, n. 10, p. 190-206, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Governo Federal. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e institui o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 jun. 2005.

BRASIL. Governo Federal. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. **Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social** e altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 dez. 2008.

BRASIL. Governo Federal. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. **Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana**... e dá outras providências. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 17 ago. 2025.

DEBORD, Guy. Teoria da deriva. Original de 1958 [1956]. In: INTERNACIONAL SITUACIONISTA; JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 87-91.

FORMAN, Richard. T. T.; GODRON, Michel. **Landscape ecology**. New York: Wiley, 1986.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Original de 1968. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11–29, 2002.

R MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivo 11: **Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. 2015**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11. Acesso em: 15 jul. 2025.

NAIMAN, Robert. J.; DÉCAMPS, Henri.; MC CLAIN, Michel. E. Riparia: **ecology, conservation, and management of streamside communities.** San Diego: Academic Press, 2005.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 2008.